UUNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CAMPUS VALE DO RIO MADEIRA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, AGRICULTURA E AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES

RITA DINIZ BARBOZA

INDICADORES EDUCACIONAIS E A QUALIDADE DO ENSINO EM HUMAITÁ AMAZONAS (2020-2024)

HUMAITÁ – AM

2026

UUNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CAMPUS VALE DO RIO MADEIRA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, AGRICULTURA E AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES

RITA DINIZ BARBOZA

INDICADORES EDUCACIONAIS E A QUALIDADE DO ENSINO EM HUMAITÁ AMAZONAS (2020-2024)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades, da Universidade Federal do Amazonas, vinculado ao Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente, campus Vale do Rio Madeira, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre, sob orientação da Profa. Dra. Ângela Maria Gonçalves de Oliveira

Linha de Pesquisa: Ensino das Ciências Humanas

HUMAITÁ – AM

2026

RITA DINIZ BARBOZA

INDICADORES EDUCACIONAIS E A QUALIDADE DO ENSINO EM HUMAITÁ AMAZONAS (2020-2024)

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
ANGELA MARIA GONCALVES DE OLIVEIRA
Data: 30/05/2026 12:07:18-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Ângela Maria Gonçalves de Oliveira
(Presidente)

Documento assinado digitalmente
SANDRA MARIA ZAKIA LIAN SOUSA
Data: 22/04/2026 13:54:05-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Sandra Maria Zákia Lian Sousa
(Membro Externo – FE-USP)

Documento assinado digitalmente
SIMONE DE OLIVEIRA ALENCAR
Data: 20/04/2026 10:49:01-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Simone de Oliveira Alencar
(Membro Interno – PPGECH/UFAM)

Humaitá, Am
2026

Dedico este trabalho à minha família, em especial ao meu pai, Terismar, e à minha mãe, Atacilia, que sempre foram meu alicerce. Dedico também aos meus irmãos: Roneres, que sempre foi meu exemplo na carreira acadêmica, a Raiel, Roger, Ralison, Rubem, Teriam e à minha irmã Reane, que sempre me apoiaram e me incentivaram. Aos meus sobrinhos amados, Cecília, Roni Luccas, Maitê e Gael, que são minha alegria diária e que trazem leveza à minha vida. Cada conquista minha é, e sempre será, dedicada a vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pois nada acontece sem o seu consentimento. Se hoje concluo esta etapa, tão significativa na minha vida, é porque Ele me sustentou, fortaleceu e guiou em cada passo do caminho, mesmo nos momentos em que minhas forças pareciam insuficientes. E a Nossa Senhora, minha mãe e intercessora, deixo minha gratidão mais sincera. Nos momentos de angústia e silêncio, foi em seu abraço que encontrei conforto e paz. Mesmo sem vê-La, sempre pude sentir seu amor, cuidado e presença constante em minha vida.

Agradeço profundamente à minha família, meu alicerce. Obrigada por confiarem em mim, por nunca duvidarem da minha capacidade e por me incentivarem a acreditar que posso chegar onde eu quiser. O apoio, o amor e a força de vocês foram essenciais em cada passo dessa caminhada e fundamentais para que este sonho se tornasse realidade.

À minha orientadora, professora Ângela, minha eterna gratidão: por me acompanhar desde a graduação, pela admiração que sempre tive, e continuo tendo, pela pessoa e pela profissional que é. Obrigada pelas orientações, pelos conselhos, pela paciência e, sobretudo, pela confiança que sempre depositou em mim ao longo dessa trajetória acadêmica.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades (PPGECH), pelo espaço formativo, pelas oportunidades de aprendizado, pelas reflexões acadêmicas e pelo compromisso com a produção de conhecimento crítico e socialmente comprometido.

À Universidade Federal do Amazonas (UFAM), instituição que possibilitou minha formação e crescimento acadêmico, meu sincero agradecimento por contribuir para a construção de saberes e por fomentar a pesquisa e a educação pública de qualidade.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), agradeço pelo apoio financeiro concedido por meio da bolsa de estudos, fundamental para a realização e o desenvolvimento desta pesquisa. Sem esse incentivo, este trabalho não seria possível.

Aos professores do programa, agradeço pelos ensinamentos, pelas contribuições teóricas e pelas reflexões que enriqueceram minha formação acadêmica e humana.

Por fim, agradeço as minhas colegas do mestrado, que fizeram parte dessa caminhada comigo. Pelos momentos de desabafo, pelas trocas, pelo apoio mútuo e pelos incentivos que tornaram essa jornada mais leve, humana e significativa.

RESUMO

Esta pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades da Universidade Federal do Amazonas (PPGECH/UFAM), com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O estudo tem como objetivo analisar os indicadores educacionais relacionados à profissão docente no município de Humaitá-AM, no período de 2020 a 2024, considerando também o rendimento escolar aferido pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender como esses indicadores se apresentam no contexto das políticas educacionais vigentes e dos resultados educacionais, especialmente em realidades marcadas por desigualdades históricas e territoriais. Trata-se de uma pesquisa documental, de abordagem qualitativa e caráter descritivo-analítico, fundamentada na análise de dados secundários disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A pesquisa fundamenta-se no materialismo histórico-dialético, compreendendo os indicadores educacionais como expressões de determinações históricas, sociais e institucionais. Os resultados indicam avanços pontuais em alguns indicadores docentes ao longo do período analisado, contudo revelam limitações relacionadas à regularidade do corpo docente, ao esforço docente e à remuneração. Observa-se que a qualidade do ensino, expressa nos resultados do IDEB, demanda uma análise que considere múltiplos fatores e o contexto em que os dados são produzidos. Conclui-se que, embora os indicadores educacionais sejam instrumentos relevantes para o monitoramento das políticas públicas, eles apresentam limites quando analisados de forma isolada, reforçando a necessidade de leituras críticas que considerem as condições de trabalho docente e o contexto social.

Palavras-chave: Indicadores educacionais. Profissão docente. Qualidade do ensino. IDEB. Políticas educacionais.

ABSTRACT

This research is affiliated with the Graduate Program in Science and Humanities Education at the Federal University of Amazonas (PPGECH/UFAM), with support from the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). The study aims to analyze educational indicators related to the teaching profession in the municipality of Humaitá, Amazonas, from 2020 to 2024, also considering academic performance as measured by the Basic Education Development Index (IDEB). The research is justified by the need to understand how these indicators manifest within the context of current educational policies and educational outcomes, especially in contexts marked by historical and territorial inequalities. This is a documentary study with a qualitative approach and a descriptive-analytical character, based on the analysis of secondary data provided by the Anísio Teixeira National Institute for Educational Studies and Research (INEP). The study is grounded in historical-dialectical materialism, understanding educational indicators as expressions of historical, social, and institutional determinants. The results indicate specific improvements in some teaching indicators over the analyzed period; however, they reveal limitations related to faculty stability, teaching effort, and compensation. It is observed that the quality of education, as reflected in IDEB results, requires an analysis that considers multiple factors and the context

Keywords: Educational indicators. Teaching profession. Quality of education. IDEB. Educational policies.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dissertação com identificação da qualidade do ensino - período 2019-2023 18

Quadro 2 - Artigos com identificação da qualidade do ensino - período de 2019 a 2023 21

Quadro 3 - Dissertações com o descritor “indicadores educacionais” - período de 2019 a 2023 23

Quadro 4 - Artigos com o descritor “indicadores educacionais” - período de 2019 a 2023 26

Quadro 5 - Indicadores educacionais da profissão docente, objetivos de análise e notas técnicas 48

Quadro 6 - Categorias de adequação da formação dos docentes em relação à disciplina que lecionam..... 50

Quadro 7 - Descrição dos níveis de esforço docente..... 54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Percentual de docentes por grupo do indicador de adequação da formação - Ensino Fundamental Anos Iniciais 51

Tabela 2- Percentual de docentes por grupo do indicador de adequação da formação - Ensino Fundamental - Anos finais 52

Tabela 3- Percentual de docentes por nível de esforço – Anos Iniciais 55

Tabela 4- Percentual de docentes por nível de esforço – Anos Finais 56

Tabela 5 - Percentual de Funções Docentes com Curso Superior – Ensino Fundamental: Anos Iniciais e Anos Finais 58

Tabela 6- Percentual de escolas segundo faixa do Indicador de Regularidade do Docente (IRD) 61

Tabela 7 - Remuneração bruta, carga horária média e remuneração média dos docentes em 2020. 65

Tabela 8 - Remuneração bruta, carga horária média e remuneração média dos docentes em 2021. 65

Tabela 9 - Ideb anos Iniciais do Ensino Fundamental (2019-2023) 69

Tabela 10 - Ideb anos Finais do Ensino Fundamental (2019-2023) 70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CF – Constituição Federal

CNCA – Compromisso Nacional Criança Alfabetizada

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Indice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacional Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação

NSE – Nível Socioeconômico das Escolas

PME – Plano Municipal de Educação

PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SADEAM – Sistema de Avaliação de Desempenho Educacional do Amazonas

SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SciELO – Scientific Electronic Library Online

SEDUC – Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12
1. REVISÃO DE LITERATURA 16
1.1 Qualidade do ensino **17**
1.2 Qualidade do ensino no Amazonas **22**
1.3 Indicadores Educacionais **22**
2. OS CAMINHOS DA PESQUISA 31
3. QUALIDADE DO ENSINO: CONTEXTO HISTÓRICO E DIMENSÕES 33
3.1 A qualidade do Ensino no Estado do Amazonas **35**
4. INDICADORES EDUCACIONAIS DA PROFISSAO DOCENTE E QUALIDADE DO ENSINO EM HUMAITÁ 38
4.1 O Plano Municipal Educação de Humaitá (PME) e a qualidade do ensino **40**
4.1.1 Programas e ações educacionais no município de Humaitá 42
4.2 Indicadores Educacionais **47**
4.2.1 Adequação da formação docente **49**
4.2. 2 Esforço docente **53**
4.2.3 Percentual de docentes com curso superior **57**
4.2.4 Regularidade do corpo docente **60**
4.2.5 Remuneração média dos docentes **64**
4.3 O IDEB e a qualidade do ensino em Humaitá-AM (2020–2024) **67**
CONSIDERAÇÕES FINAIS 72
REFERÊNCIAS 75

INTRODUÇÃO [1]

O termo “qualidade da educação” em si é um termo polêmico por remeter a diversos significados; é, assim, um termo polissêmico que se apresenta a partir de diferentes interpretações que vão desde a concepção de Estado, a de governo, e está relacionado a diversas dimensões, sendo pedagógica, cultural, social ou financeira. Pode ainda ser entendido numa dimensão quantitativa, a partir do resultado das avaliações externas, mas também pode ser entendido numa concepção de educação de qualidade socialmente referenciada.

Desse modo, o termo se apresenta a partir de diferentes concepções e a partir de significados que vão se alterando historicamente. Charlot (2021) destaca que a qualidade da educação, desde seu nascimento, é um termo ao mesmo tempo político e ambíguo e, de certa forma, de uso difícil, por remeter a aspectos diferentes mesmo que sejam correlacionados; não se traduz em um termo absoluto e nem se encerra em algo neutro. Dourado; Oliveira (2009, p. 202) compreendem tal qualidade a partir de:

> Uma perspectiva polissêmica, em que a concepção de mundo, de sociedade e de educação evidencia e define os elementos para qualificar, avaliar e precisar a natureza, as propriedades e os atributos desejáveis de um processo educativo de qualidade social.

Assim, a qualidade da educação vincula-se a fundamentos históricos, sociais e filosóficos, sendo determinada, em grande medida, pelo projeto de sociedade que se pretende construir. Desse modo, compreende-se que esse conceito se transforma ao longo do tempo e do espaço, acompanhando as mudanças nos contextos sociais e nas políticas educacionais.

De acordo com Aranda e Lima (2014), a qualidade na educação está relacionada a um conjunto de fatores que contribuem para atingir uma educação de qualidade socialmente referenciada que possa garantir, de forma sistemática, a apropriação do conhecimento acumulado pela humanidade, bem como contribuir para o desenvolvimento integral do sujeito histórico a partir de uma nova visão de mundo.

A educação é um direito de todos com abrangência universal. No Brasil, de acordo com Cury (2008), a educação já foi garantida legalmente, precisando, todavia, de políticas públicas para sua materialização. Nesse sentido, são vários os aparatos legais que garantem a educação de qualidade para todas as pessoas.

Inicialmente, a Constituição Federal de 1988 inseriu, no art. 6º, a educação no rol dos direitos sociais, igualando-a à saúde, ao trabalho, à moradia e a outros direitos.

---

[1] Parte deste texto foi publicada nos anais da 5ª Reunião Científica Regional da ANPEd Norte (2024), em forma de resumo expandido.

> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Brasil, 1988).

Nesse sentido, Oliveira (2019) afirma que:

> Pela primeira vez no Brasil, uma Constituição Federal tratou sobre a educação no âmbito dos direitos sociais", entendendo tais direitos como aqueles que "viabilizam a melhoria da qualidade de vida do indivíduo promovendo a equalização das condições sociais, com a prestação positiva do Estado" (Oliveira, 2019, p.64).

Por sua vez, na Carta Magna, a educação é concebida como dever do Estado e da família, ao afirmar no art. 2025 que:

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Também, a CF de 1988, em seu art. 206, determinou os princípios pelos quais a educação deve ser materializada. Dentre os 09 princípios elencados, destacamos aqui o inciso VII – "garantia de padrão de qualidade". Contudo, vale observar, a lei é falha ao não determinar qual seria o conceito de qualidade.

No que tange à "educação de qualidade", outras legislações, corroborando com a Constituição Federal, determinam a efetivação de uma educação de qualidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394/96, no artigo Art. 3º inciso IX, determina a educação com garantia de padrão de qualidade (Brasil, 1996).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 em seu art. 53, também assegura esse direito visando seu pleno desenvolvimento da criança e do adolescente (Brasil, 1990).

Por sua vez, o Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei 13.004/2014, - PNE 2014-2024, determinou como meta 7 fomentar a qualidade da educação em todas as etapas e modalidades.

A partir desses aparatos legais, reforçamos a defesa de Cury (2008), ao afirmar que a educação, como direito de todos e de qualidade, precisa ser de fato materializada nas escolas públicas do Brasil e que seja uma educação de qualidade socialmente referenciada enquanto condição para emancipação humana (Azevedo; Aguiar, 2016).

Entretanto, no cenário educacional brasileiro, observa-se a predominância de uma concepção de qualidade associada a indicadores quantitativos, especialmente aqueles derivados de avaliações externas em larga escala, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), cujos resultados subsidiam o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Esses instrumentos, ao mensurarem o desempenho dos estudantes, passam a ocupar posição central na definição e no monitoramento das políticas educacionais. Por sua vez, esses indicadores são produzidos e sistematizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), responsável pela organização das informações e estatísticas educacionais no país, e passam a ocupar posição central na definição e no monitoramento das políticas educacionais (Machado, 2012).

Formulado com o objetivo de mensurar a qualidade do aprendizado em âmbito nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007, combinava informações de desempenho provenientes da Prova Brasil e da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). A partir de 2019, essas avaliações foram unificadas, passando a compor o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que passou a concentrar as aferições de desempenho educacional no país, conforme estabelecido pela Portaria nº 366, de 29 de abril de 2019. O Ideb é um indicador sintético que relaciona as taxas de aprovação escolar, obtidas no Censo Escolar, com as médias de desempenho em língua portuguesa e matemática, por meio das quais se identifica o nível de qualidade da educação no país.

Ao mensurar a qualidade do aprendizado em âmbito nacional, o índice subsidia a formulação de políticas públicas voltadas à melhoria do ensino. Os indicadores são úteis principalmente para o monitoramento dos sistemas educacionais, considerando o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos. Dessa forma, contribuem para a criação e o acompanhamento de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação e dos serviços oferecidos à sociedade pela escola.

Todavia, a qualidade do ensino no Brasil ainda se configura como um desafio, especialmente em contextos regionais mais isolados, como no município de Humaitá-AM. Nessas localidades, características próprias da região amazônica, como as dificuldades de acesso geográfico, as limitações de infraestrutura, a dispersão populacional e as desigualdades socioeconômicas, impactam diretamente a organização da oferta educacional e as condições de funcionamento das escolas. Nesse sentido, Oliveira (2019) destaca que a efetivação do direito à educação está intrinsecamente relacionada às condições concretas de acesso,

permanência e qualidade do ensino, as quais, em muitos contextos, permanecem limitadas por fatores estruturais.

Entretanto, a centralidade atribuída aos indicadores quantitativos nas políticas educacionais contemporâneas tende a priorizar resultados mensuráveis, nem sempre considerando as especificidades locais e as condições reais em que o processo educativo se desenvolve. Conforme argumenta Freitas (2018), a ênfase nas avaliações externas reforça a ideia de qualidade associada ao desempenho dos estudantes, o que pode restringir a compreensão da qualidade da educação a aspectos meramente quantitativos.

Nessa perspectiva, estudos indicam que a atuação docente, as condições de trabalho, a formação e a valorização profissional estão diretamente relacionadas aos resultados educacionais alcançados pelos estudantes (OLIVEIRA, 2011; SAVIANI, 2009). Assim, compreender o desempenho escolar apenas por meio de indicadores de aprendizagem, sem considerar o contexto da profissão docente, pode resultar em uma análise limitada da realidade educacional.

Diante disso, o presente estudo busca investigar: quais características e tendências podem ser identificadas nos indicadores educacionais relacionados à profissão doce, te, no período de 2020 a 2024, e o que esses dados permitem-nos inferir acerca do rendimento escolar aferido pelo IDEB e da qualidade do ensino no município de Humaitá-AM? Este problema de pesquisa justifica-se pela necessidade de analisar, a partir de dados oficiais, os indicadores relacionados à profissão docente e ao rendimento escolar, buscando identificar características, tendências e possíveis inferências acerca da qualidade do ensino no contexto municipal. Tal abordagem permite-nos observar em que medida as metas estabelecidas por políticas públicas, como o Plano Nacional de Educação (PNE), vêm sendo acompanhadas no âmbito local. Além disso, o estudo contribui para evidenciar avanços, lacunas e desafios que possam subsidiar reflexões e orientar futuras ações de gestão educacional no município. Para responder a essa questão de pesquisa, estabeleceu-se como objetivo geral: analisar os indicadores educacionais relacionados à profissão docente e ao rendimento escolar no município de Humaitá-AM, a fim de descrever e interpretar características e tendências que permitam compreender aspectos da qualidade do ensino local.

Como objetivos específicos, foram elencados:

• Identificar e sistematizar os indicadores educacionais do município de Humaitá-AM no período de 2020 a 2024, com ênfase na profissão docente.

• Descrever e analisar o rendimento educacional no município, considerando os resultados aferidos pelo IDEB.

• Interpretar, de forma articulada, os dados referentes à profissão docente e ao rendimento escolar, buscando evidenciar características, tendências e possíveis implicações para a qualidade do ensino no contexto local.

Na busca por desenvolver as questões propostas, o presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa documental, de abordagem qualitativa e de natureza descritivo-analítica. A investigação baseia-se na coleta, organização e interpretação de dados secundários, obtidos na página eletrônica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), referentes ao período de 2020 a 2024, no âmbito da rede municipal de Humaitá-AM, tendo como recorte o Ensino Fundamental, anos iniciais e finais, sem a realização de pesquisa de campo.

A escolha dessa abordagem possibilita descrever e analisar os dados disponíveis, permitindo identificar características, tendências e elementos relevantes para a compreensão da realidade educacional do município, com base em evidências documentais.

Como método de análise, utilizaremos o materialismo histórico dialético a fim de compreender a realidade social em constante transformação. Para melhor compreensão, utilizaremos as seguintes categorias de materialismo histórico dialético: trabalho, totalidade e contradição, que são propostas por Marx e que exprimem as formas do modo de ser e as determinações de existências de uma sociedade.

Esta dissertação está organizada em cinco seções, a saber:

Na seção 1, apresentaremos a Revisão de Literatura, buscando compreender como os indicadores educacionais e a qualidade do ensino estão sendo discutidos no Brasil e no Amazonas e as políticas públicas educacionais que são implementadas.

Na seção 2, mostraremos os rumos da pesquisa, procurando mostrar ao leitor os caminhos que seguimos para responder à nossa questão de pesquisa.

Na seção 3, procuraremos compreender a qualidade do ensino a partir do contexto histórico e de uma concepção de qualidade socialmente referenciada.

Na 4ª seção, apresentaremos a qualidade do ensino a partir dos indicadores docentes e do próprio IDEB.

Na 5ª e última seção, serão apresentadas as considerações finais a partir de uma visão crítica sobre os dados coletados e analisados à luz de teóricos de concepção marxistas.

1. REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura consiste em um processo fundamental em qualquer pesquisa científica. De acordo com Creswell (2011, p. 43), “Revisões de literatura ajudam os

pesquisadores a limitar o escopo de sua investigação e transmitem para os leitores a importância de estudar um tópico". Nesse sentido, a revisão de literatura desempenha um papel crucial tanto na definição do foco da pesquisa quanto na comunicação da sua relevância.

Creswell (2011) destaca que a revisão de literatura compartilha os resultados de outros estudos que estão diretamente relacionados ao estudo em desenvolvimento, contribuindo para o preenchimento de lacunas e para a ampliação de pesquisas anteriores. Essa conexão estabelecida com a literatura é fundamental para compreender o contexto da nova pesquisa e sua relevância no campo de estudo, contribuindo, assim, para o avanço do conhecimento.

Flor *et al.* (2022) definem as revisões de literatura como processos de busca, análise e descrição de determinado assunto ou campo do conhecimento em busca de maior delimitação sobre um campo de pesquisa. Com isso, vimos a importância de realizar tal revisão por nos oferecer uma compreensão mais aprofundada e delimitada de um campo de pesquisa, facilitando a identificação de novas questões a serem exploradas.

Para nossa revisão de literatura, optamos por utilizar artigos, dissertações e teses, publicadas em site eletrônico digital. A busca foi realizada a partir de descritores, sendo eles: Qualidade do Ensino; Qualidade do Ensino no Amazonas; Indicadores Educacionais. Os critérios de seleção definidos para as dissertações e teses foram os trabalhos publicados dentro do período de 2019 a 2024; e, como área de conhecimento, área de concentração e área de avaliação, definimos critérios voltados à educação e ensino. Além disso, a escolha também se deu por meio da leitura dos títulos e resumos dos trabalhos, destacando assim os que mais traziam relações e contribuições voltadas ao objetivo da pesquisa. Para a seleção dos artigos, os critérios utilizados foram os trabalhos publicados no Brasil, idioma português dentro do período de 2019 a 2024 e, como área temática, as ciências humanas. Além disso, foram selecionados os trabalhos pelo título e leitura dos resumos.

Utilizamos como base de pesquisa o site do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e o site do *Scientific Electronic Library Online* - SciELO. Optamos pelo recorte temporal de 2019 a 2024 por entender que, nesse período, teríamos publicações mais recentes, o que nos ajudaria na melhor compreensão do nosso objeto de estudo. A seguir, apresentaremos o resultado da nossa pesquisa bibliográfica.

1.1 Qualidade do ensino

Com o descritor "Qualidade do Ensino", foram encontrados 7.415 resultados, os quais foram refinados de acordo com o período de 2019 a 2023, restando 489 resultados, sendo

estes ainda refinados como grande área de conhecimento: ciências humanas e, como área de conhecimento, área de avaliação e área de concentração: educação e ensino, restando então 148 resultados, dentre os quais, foram destacados apenas 4, conforme apresentados no quadro a seguir.

Quadro 1 - Dissertação com identificação da qualidade do ensino - período 2019-2023

TITULO	ANO	AUTOR	UNIVERSIDADE	ORIENTADOR	LINK DE ACESSO
O SISPAE e a qualidade do ensino: diagnóstico das escolas públicas de Ensino Médio no município de Breves-PA a partir da análise de indicadores educacionais (2011 a 2020)	2022	Edilene Santos De Farias Martins	Universidade Federal Do Pará	Joao Paulo Da Conceição Alves	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12367771
Compreensão da importância da gestão escolar democrática para a qualidade do ensino público	2022	Raquel Da Costa Rosa	Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense	Cleoni Maria Barboza Fernandes	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12745832
Qualidade do ensino de escolas da rede pública municipal de campinas (SP): ações da equipe de gestão escolar	2022	Izabela Dellangelica Carvalho De Oliveira	Pontifícia Universidade Católica de Campinas	Monica Piccione Gomes Rios	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11435823
“O IDEB e as implicações na qualidade do ensino e na dinâmica escolar em instituições da rede municipal de São Luís/MA”	2022	Maria Luiza Miranda Ribeiro	Universidade Federal do Maranhão	Lucinete Marques Lima	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12591551

Fonte: Elaborado pela própria autora com base nos dados da pesquisa.

A dissertação de Martins (2022), conforme destacada, também aborda a qualidade no contexto educacional, especificamente à qualidade aferida pelas avaliações externas e programas voltados à “melhoria” dessa qualidade. A autora buscou conhecer os elementos que estão sendo considerados nas políticas públicas de promoção de qualidade educacional no Brasil considerando a reorganização do sistema educacional após anos 90 e, em sua dissertação, analisa o diagnóstico de qualidade do ensino médio na rede estadual no município de Breves-Marajó a partir do Sistema Paraense de Avaliação Educacional (SisPAE). A pesquisa realizada pela autora contribuiu para a pesquisa aqui desenvolvida ao problematizar o uso das avaliações em larga escala como principal parâmetro de aferição da qualidade educacional. Ao evidenciar o caráter gerencialista e neoliberal dessa política, bem como sua

orientação por organismos multilaterais, o trabalho reforça a compreensão de que a responsabilização pelos resultados tende a recair de maneira simplificada sobre a escola e, sobretudo, sobre o professor.

Na perspectiva da presente pesquisa, essa discussão é central, pois, ao analisar a dimensão docente, busca-se justamente compreender como os indicadores educacionais têm atribuído maior responsabilidade ao trabalho do professor pelo desempenho dos estudantes, desconsiderando, muitas vezes, fatores intra e extraescolares que condicionam o processo de ensino e aprendizagem. Ademais, ao demonstrar que as desigualdades sociais e socioeconômicas da região de Breves-Marajó possuem maior peso nos resultados negativos do SisPAE do que a atuação isolada da escola ou do docente, o estudo de Martins reforça a necessidade de uma análise mais ampla da qualidade do ensino, que considere os contextos sociais, as condições de trabalho docente e os limites das avaliações padronizadas, elementos que dialogam diretamente com os objetivos desta pesquisa.

Rosa (2022) desenvolve, em seu trabalho, uma investigação sobre a relação entre a gestão escolar e as práticas de ensino e aprendizagem no desempenho escolar no estado do Rio Grande do Sul. A autora buscou analisar em que medida as práticas de gestão influenciam a qualidade do ensino público, destacando a importância de uma gestão escolar de caráter democrático e participativo, fundamentada na articulação entre os diferentes sujeitos da comunidade escolar e na organização coletiva do trabalho pedagógico.

A pesquisa visou demonstrar que uma gestão articulada com o trabalho escolar desempenha um papel educacional de qualidade. A dissertação em destaque contribui para a presente pesquisa ao evidenciar que a qualidade do ensino está diretamente relacionada às formas de organização e condução do trabalho pedagógico no interior da escola. Ao demonstrar que práticas de gestão democrática, articuladas ao trabalho coletivo e à valorização dos profissionais da educação, influenciam positivamente no ambiente escolar e nos processos de ensino e aprendizagem, o estudo reforça a compreensão de que a qualidade do ensino não se restringe aos resultados educacionais, mas envolve aspectos institucionais e humanos.

Na perspectiva da pesquisa aqui desenvolvida, essa abordagem dialoga com a análise dos indicadores da profissão docente, uma vez que as condições de atuação dos professores, sua participação nas decisões escolares e o apoio da gestão nos processos de ensino e aprendizagem constituem elementos fundamentais para a qualidade do ensino. Assim, embora a dissertação da Rosa (2022) não se concentre diretamente no IDEB, ela oferece subsídios teóricos importantes para compreender como a gestão escolar pode potencializar ou limitar os

efeitos dos indicadores docentes sobre a qualidade do ensino, aspecto central na análise proposta para o município de Humaitá-AM.

Oliveira (2022) apresenta em seu trabalho que a qualidade do ensino, desde quando constituída no século XXI, é um desafio à educação básica. A autora destaca a necessidade de uma gestão articulada, com vistas à construção de uma educação de qualidade. Considerando o IDEB como principal indicador da qualidade da educação básica, a pesquisa buscou investigar as ações desencadeadas por gestores escolares em prol da melhoria da qualidade do ensino. A dissertação de Oliveira contribui, de forma significativa, para a presente pesquisa ao evidenciar a complexidade que envolve a noção de qualidade educacional, especialmente em cenários adversos, como o período da pandemia da Covid-19. Ao problematizar o IDEB como indicador capaz de expressar a realidade das escolas, a pesquisa reforça a necessidade de uma análise crítica e contextualizada dos resultados educacionais.

Na perspectiva do estudo aqui desenvolvido, essa abordagem dialoga diretamente com o objetivo de confrontar os indicadores da profissão docente com a qualidade do ensino em Humaitá-AM, uma vez que as ações da gestão escolar, o apoio aos professores e os desafios enfrentados no cotidiano escolar influenciam diretamente nas condições de trabalho docente e, consequentemente, nos processos de ensino e aprendizagem. Ademais, ao destacar os desafios do professor e a importância da gestão democrática, o estudo oferece subsídios importantes para compreender que a qualidade do ensino não pode ser reduzida a indicadores quantitativos, mas deve considerar as práticas pedagógicas, as condições institucionais e o contexto social em que a escola está inserida, elementos centrais para a análise proposta nesta pesquisa.

Nessa mesma perspectiva, Ribeiro (2022) destaca o IDEB como um instrumento regulatório do Estado brasileiro. A autora analisa, em seu trabalho, as formas pelas quais esse indicador incide sobre a qualidade do ensino, ressaltando que não é possível compreendê-lo de forma isolada, sem relacioná-lo aos movimentos de reforma do Estado ocorridos no contexto da reestruturação da educação segundo os moldes da produção capitalista. Nesse processo, observa-se a crescente incorporação de princípios neoliberais nas políticas educacionais, especialmente no que se refere à valorização de indicadores de desempenho, à lógica de responsabilização e à busca por eficiência nos resultados.

A dissertação contribui diretamente para esta pesquisa, especialmente no que tange à compreensão crítica do IDEB como indicador de qualidade educacional. Ao articular os dados quantitativos do IDEB com as percepções dos profissionais da escola e com o contexto das políticas educacionais que condicionam sua utilização, o estudo reforça a necessidade de

considerar, para além das médias de desempenho, os efeitos das políticas educacionais e das formas de gestão sobre o cotidiano escolar.

A dissertação de Ribeiro (2022) demonstra que o IDEB não é um indicador neutro: sua interpretação e uso impactam diretamente nas práticas pedagógicas, nas relações de trabalho e na dinâmica escolar, aspectos que também podem estar associados aos indicadores docentes. Ademais, ao explorar implicações do *IDEB* sobre a autonomia da gestão, o planejamento pedagógico e o perfil profissional do docente, o trabalho oferece subsídios teóricos importantes para refletirmos sobre como os indicadores de profissão docente em Humaitá-AM podem estar relacionados tanto ao desempenho no IDEB quanto às condições de trabalho e atuação dos professores na rede municipal, aprofundando a compreensão da qualidade do ensino no município.

No site do Scielo, buscamos por artigos com o descritor "qualidade do ensino". Na busca, tivemos um total de 87 artigos, que foram refinados de acordo com o período estabelecido de 2019 a 2023, restando 15 artigos. Estes foram refinados, de acordo com o idioma português e a área temática "ciências humanas", restando com a busca apenas 3 trabalhos. Destes, um se tratava do ensino superior e o outro de uma prova específica do ensino médio, sendo assim apenas 1 apresentava contribuições condizentes com esta pesquisa, conforme a tabela a seguir:

Quadro 2 - Artigos com identificação da "qualidade do ensino" - período de 2019 a 2023.

TÍTULO	AUTOR	ANO	LINK DE ACESSO
O ensino no tempo do nacional-desenvolvimentismo no Pará (1957-1961): qualidade, avaliação e expansão	Marcus Levy Albino Bencostta Clarice Nascimento de Melo Adhilio Wictor Almeida de Moraes	2022	https://www.scielo.br/j/rbhe/a/fJQDBCmKK8yJHgd8gCwVX9F/?lang=pt#

Fonte: Elaborado pela própria autora com base nos dados da pesquisa.

O artigo destacado trata-se de uma pesquisa específica realizada no estado do Pará que aborda estudos que se destacaram no campo da educação brasileira conectados ao projeto nacional desenvolvimentista. Foi realizada uma pesquisa historiográfica entre os anos de 1957 a 1961, de publicações em jornal sobre temas recorrentes à educação; o texto aponta destaque ao tema qualidade do ensino, à avaliação do ensino e à expansão do ensino. O artigo contribui para a presente pesquisa ao evidenciar que a discussão sobre a qualidade do ensino não é recente, constituindo-se historicamente como um eixo central dos debates educacionais no país. Ao identificar a recorrência dos temas "qualidade do ensino", "avaliação do ensino" e "expansão do ensino" nas fontes analisadas, o estudo demonstra que a preocupação com a

melhoria da educação esteve, desde períodos anteriores, associada a projetos políticos e econômicos mais amplos.

Na perspectiva da pesquisa aqui desenvolvida, essa abordagem histórica contribui para compreender que a noção de qualidade do ensino é construída social e politicamente e que os indicadores educacionais contemporâneos, como aqueles relacionados à profissão docente e ao rendimento escolar aferido pelo IDEB, são desdobramentos de uma trajetória histórica de tentativas de mensuração e regulação da educação. Assim, o estudo oferece subsídios teóricos para situar a análise da qualidade do ensino em Humaitá-AM em um contexto mais amplo, reforçando a necessidade de compreender os indicadores docentes não apenas como instrumentos técnicos, mas como parte de um processo histórico de definição e disputa em torno do que se entende por qualidade educacional.

1.2 Qualidade do ensino no Amazonas

A busca com o descritor “qualidade do ensino no Amazonas” no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES resultou em 64 trabalhos. Contudo, a análise temporal revelou que a publicação mais recente data de 2018, não atendendo, portanto, aos critérios estabelecidos para esta pesquisa. Diante disso, procedeu-se à busca por artigos científicos na base de dados SciELO. Na primeira consulta, foram identificados cinco trabalhos; após o refinamento conforme o período delimitado, restaram três artigos. Entretanto, verificou-se que todos estavam vinculados à área da saúde, não se enquadrando nos objetivos e no escopo desta investigação.

Esse levantamento evidencia a escassez de pesquisas recentes voltadas especificamente à análise da qualidade do ensino no contexto amazônico, especialmente no estado do Amazonas, o que revela uma lacuna significativa na produção acadêmica. Tal constatação reforça a relevância e a pertinência da presente pesquisa, ao direcionar o olhar para uma realidade educacional marcada por especificidades territoriais, sociais e institucionais que ainda carecem de maior aprofundamento científico.

1.3 Indicadores Educacionais

Com o descritor “Indicadores Educacionais”, encontramos um total de 3984 resultados; sobre estes foram aplicados os critérios da pesquisa refinando os resultados de acordo com o período de 2019 a 2023 e área de conhecimento, restando assim 537 resultados. Destes, foram selecionados os resultados que trouxeram contribuições pertinentes ao objetivo

desta pesquisa; a seleção também envolveu o título do trabalho e a leitura do resumo; os trabalhos selecionados estão conforme a tabela a seguir:

Quadro 3 - Dissertações com o descritor “indicadores educacionais” - período de 2019 a 2023.

TÍTULO	AUTOR	ANO	LINK DE ACESSO
Desigualdade Social e Desigualdade Educacional: Indicadores Educacionais e o Contexto Socioeconômico da População em Interface	Henrique De Souza	2019	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8337209
Indicadores educacionais atrelados ao professor: uma análise dos planos municipais de educação dos municípios da região do grande abc paulista	Ana Paula Janaina Garofalo	2020	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10541955
Avaliação, Responsabilização e Precarização do Trabalho Docente: Implicações das Avaliações Externas na Condição de Trabalho do Professor Temporário	Nicole Claro Moreira	2021	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11325788
Indicadores Educacionais, Sociais e Econômicos como preditores do desempenho escolar no ensino médio: um estudo acerca das dimensões da desigualdade educacional com base no saeb (2001 – 2015)	Fabio Alexandre Ferreira Gusmão	2021	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11492117
Aprovação e indicadores educacionais: uma análise contextual das escolas públicas de ensino fundamental de mariana	Karina Aparecida Da Silva	2022	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11476822

Fonte: Elaborado pela própria autora com base nos dados da pesquisa

A dissertação de Souza (2019) apresenta resultados de uma pesquisa estreitamente relacionada ao estudo aqui desenvolvido. No referido trabalho, o autor realizou uma investigação sobre a relação existente entre um conjunto de indicadores socioeconômicos e demográficos e os resultados do IDEB de duas escolas no município de Canoas/RS. Como resultado, o autor concluiu que existe uma substantiva relação entre as desigualdades sociais e as desigualdades educacionais, indicando que o rendimento escolar é impactado pelos contextos sociais nos quais as escolas estão inseridas e que esses elementos devem ser considerados para uma compreensão real dos indicadores.

A relação do trabalho de Souza (2019) com a presente pesquisa reside no fato de que ambos os estudos se dedicam à análise de fatores que influenciam os resultados educacionais. No entanto, enquanto Souza (2019) focaliza os indicadores socioeconômicos e demográficos como elementos explicativos do desempenho no IDEB, a presente pesquisa se diferencia ao centrar sua análise nos indicadores relacionados à dimensão docente. Parte-se, então, do pressuposto de que, assim como os fatores socioeconômicos e demográficos, as questões

vinculadas à docência, tais como formação e condições de trabalho, também impactam diretamente a qualidade do ensino.

Dessa forma, ao direcionar o olhar para a dimensão docente, este estudo enfatiza a importância desses indicadores para a compreensão dos processos de ensino e aprendizagem e dos resultados educacionais alcançados pelas escolas.

A dissertação de Garofalo (2020) apresenta uma análise das diretrizes contidas nos Planos Municipais de Educação da região do Grande ABC Paulista no que se refere aos indicadores relacionados à profissão docente, com especial atenção aos anos iniciais da Educação Básica. A pesquisa evidencia aspectos relevantes ao apontar tanto possibilidades quanto desafios: entre as possibilidades, destaca-se a intenção dos municípios de assegurar que todos os docentes possuam formação em nível superior; entre os desafios, sobressai a ausência de metas específicas voltadas a esses indicadores. De modo geral, o estudo contribui para o debate ao evidenciar a necessidade de políticas públicas educacionais mais direcionadas a essa problemática.

Na perspectiva da pesquisa aqui desenvolvida, o trabalho de Garofalo (2020) contribui ao oferecer subsídios teóricos e analíticos para a compreensão de como os indicadores da dimensão docente são incorporados, ou negligenciados, nos instrumentos de planejamento educacional. Essa análise possibilitou-nos compreender a relevância de se observar não apenas a existência de diretrizes e intenções políticas, mas também a efetivação de metas concretas relacionadas à valorização e à qualificação docente, aspecto fundamental para a análise da qualidade do ensino, foco central de nosso estudo.

A dissertação de Moreira (2020) aborda uma problemática relacionada às avaliações externas, com destaque para o SAEB, e suas implicações nas condições de trabalho do professor temporário da rede municipal de educação de Corumbá/MS. A pesquisa, fundamentada no referencial do materialismo histórico-dialético, evidenciou que o caráter alienador e precário do trabalho docente, associado às reformas educacionais, impacta diretamente a prática pedagógica e, consequentemente, os resultados educacionais.

A relação desta dissertação com a pesquisa aqui desenvolvida estabelece-se na medida em que Moreira também evidencia as questões relacionadas à docência, especialmente no contexto em que se atribui ao professor uma responsabilidade crescente pelos resultados educacionais, uma vez que é ele quem acompanha de forma contínua o processo de ensino e aprendizagem ao longo do ano letivo. Nesse sentido, observa-se que, frequentemente, a gestão municipal orienta seu planejamento a partir de uma lógica gerencialista e neoliberal, caracterizada pela ênfase em metas, resultados, eficiência e responsabilização, alinhando-se às

demandas das avaliações externas e transferindo para o docente a centralidade pelos resultados educacionais, sem que, necessariamente, sejam garantidas condições adequadas de trabalho.

Tal discussão reforça a importância de se analisar os indicadores da dimensão docente como elemento fundamental para a compreensão da qualidade do ensino, eixo central da presente pesquisa.

A tese de Gusmão (2021) dialoga com a pesquisa aqui desenvolvida ao evidenciar que os resultados do SAEB estão fortemente associados a múltiplas dimensões da desigualdade educacional, social e econômica, reafirmando que o desempenho escolar não pode ser analisado de forma isolada. Embora o autor concentre sua análise no ensino médio e enfatize variáveis relacionadas às características dos alunos, ao contexto socioeconômico e às oportunidades educacionais, suas conclusões reforçam a compreensão de que a qualidade e a equidade do ensino são condicionadas por fatores estruturais e institucionais.

Nesse sentido, a presente pesquisa se aproxima do trabalho de Gusmão (2021) ao utilizar indicadores educacionais como ferramenta analítica. Contudo, diferencia-se ao direcionar o foco para a dimensão docente, compreendendo que as condições de trabalho, a formação e a atuação dos professores também constituem elementos centrais na explicação das desigualdades educacionais e na qualidade do ensino, especialmente no que se refere aos processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos ao longo do ano letivo.

Silva (2022), em sua dissertação, apresenta um estudo sobre as taxas de rendimento educacional das escolas públicas de ensino fundamental de Mariana, por meio de quatro indicadores contextuais, sendo eles: adequação da formação docente, índice de regularidade docente, índice de complexidade da gestão e índice socioeconômico das escolas. O estudo realizado pela autora dialoga diretamente com a pesquisa aqui desenvolvida ao analisar as taxas de rendimento escolar a partir de indicadores contextuais, com especial destaque para aqueles relacionados ao trabalho docente, como a adequação da formação e a regularidade dos professores.

Ainda que os resultados não tenham evidenciado correlações estatisticamente significativas em todos os anos analisados, as conclusões de Silva apontam fragilidades estruturais importantes na dimensão docente, como a alta rotatividade e a inadequação da formação em relação às disciplinas lecionadas, aspectos que demandam políticas públicas mais eficazes. Na perspectiva da presente pesquisa, tal contribuição é relevante por reforçar a compreensão de que os indicadores docentes, mesmo quando não se expressam de forma

imediata nos resultados quantitativos de rendimento, constituem elementos centrais para a análise da qualidade do ensino.

Por sua vez, na busca por artigos com o descritor “indicadores educacionais” na base de dados da Scielo, foram encontrados um total de 231 artigos. Destes, foram refinados os resultados de acordo com os critérios da pesquisa, restando 50 trabalhos. Dentre esses estudos, destacaram-se aqueles que apresentaram contribuições significativas para a compreensão do uso dos indicadores educacionais na análise da qualidade do ensino, conforme o quadro a seguir:

Quadro 4 - artigos com o descritor “indicadores educacionais” - período de 2019 a 2023.

TÍTULO	AUTOR	ANO	LINK DE ACESSO
Indicadores de qualidade na educação: análise discriminante dos desempenhos na Prova Brasil	Adonai José Lacruz Bruno Luiz Américo Fagner Carniel	2019	https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vhnxFSdSRGsDnq3kf8YZ96S/?lang=pt
Considerações sobre os indicadores de formação docente no Brasil	Roseli Constantino Schwerz Natalia Neves Macedo Deimling Cesar Vanderlei Deimling Daniele Cristina da Silva	2020	https://www.scielo.br/j/pp/a/hhGmr3GPndVmfPMk3rt6x5Q/?lang=pt
Qual é o grau de incerteza do Ideb e por que isso importa?	Rodrigo Travitzki	2020	https://www.scielo.br/j/ensaio/a/pQL73NQVkgPcWSxDtzFb5Tj/?lang=pt
Proposta de um indicador de rotatividade docente na educação básica	Maíra Gallotti Frantz Thiago Alves	2021	https://www.scielo.br/j/cp/a/RWKKK7wSMsdDqZPZFkkQGSP/?lang=pt
Análise do indicador de desenvolvimento das escolas estaduais do Espírito Santo	Denilson Junio Marques Soares Talita Emidio Andrade Soares Wagner dos Santos	2022	https://www.scielo.br/j/es/a/tdg67Pr5JbQqzfch7nDHbjv/?lang=pt
Uma medida do nível socioeconômico das escolas brasileiras utilizando indicadores primários e secundários	José Francisco Soares Maria Teresa Gonzaga Alves	2023	https://www.scielo.br/j/op/a/z7WtVnMpzrgRbRjHkvGDCHd/?lang=pt
Avaliação em larga escala e estabelecimento de metas e indicadores educacionais: usos e abusos da quantofrenia	Adriana Bauer	2024	https://www.scielo.br/j/er/a/X7RzSxC7JzyW5SQSrr3KcbD/?lang=pt
Indicadores de avaliação de contexto e resultados educacionais no Ideb: uma análise das escolas estaduais de ensino médio no Espírito Santo	Denilson Junio Marques Soares	2024	https://www.scielo.br/j/rbeped/a/J8BpZyQBXbtwvYTL7jZmzwc/?lang=pt

Fonte: Elaborado pela própria autora com base nos dados da pesquisa

Lacruz; Américo e Carniel (2021), no artigo destacado, realizaram uma pesquisa com o objetivo de identificar as variáveis contextuais que melhor diferenciavam o desempenho obtido por estudantes dos anos finais do ensino fundamental das escolas estaduais capixabas na Prova Brasil de 2013, por meio de análise discriminante em 124 escolas. O estudo por eles realizado dialoga diretamente com a presente pesquisa ao evidenciar que variáveis contextuais, especialmente aquelas relacionadas à profissão docente, exercem influência significativa sobre o desempenho escolar. Ao identificar o índice de regularidade docente como uma das variáveis capazes de diferenciar escolas com melhores e piores resultados, a pesquisa reforça a relevância de se analisar a estabilidade e permanência dos professores como elemento central na compreensão do rendimento educacional.

Schwerz et.al (2020) trazem em seu artigo uma pesquisa voltada aos indicadores divulgados pelo INEP sobre a formação de professores nos cursos de licenciatura no Brasil. O artigo contribui para a presente pesquisa ao oferecer-nos uma análise consistente dos indicadores relacionados à formação inicial de professores, evidenciando fragilidades estruturais nos cursos de licenciatura, como a baixa procura, a elevada evasão e o reduzido número de concluintes em determinadas áreas, especialmente em Física. Esses achados dialogam diretamente com o objetivo deste estudo, que consiste na análise dos indicadores educacionais da profissão docente, uma vez que a formação inicial constitui um dos pilares da qualidade do ensino.

Na perspectiva da presente pesquisa, compreender essas dinâmicas em nível nacional possibilita contextualizar os indicadores locais de adequação da formação docente e refletir sobre como a insuficiência de professores qualificados pode impactar o rendimento escolar aferido pelo IDEB. Assim, a presente pesquisa reforça a importância de se considerar os indicadores de formação docente como variáveis fundamentais na análise da qualidade do ensino e no confronto com as metas estabelecidas pelas políticas educacionais vigentes.

Travitzki (2020), em seu artigo, propõe um método para o cálculo do intervalo de confiança do IDEB, com base nas leis de propagação da incerteza, com o objetivo de estimar a margem de erro associada a esse indicador. A partir da análise de microdados do ano de 2015, o autor demonstra que o grau de incerteza do IDEB varia conforme o nível de análise: enquanto nos estados essa incerteza é reduzida e pouco relevante, no nível das escolas ela se mostra elevada, indicando que grande parte das variações observadas entre edições do índice não representa mudanças estatisticamente significativas. Nesse sentido, o artigo contribui de maneira relevante para a presente pesquisa ao destacar os limites estatísticos desse indicador e

a necessidade de cautela na interpretação dos resultados, especialmente quando utilizados para avaliar a qualidade do ensino ou orientar políticas educacionais.

Na perspectiva desta presente pesquisa, o autor traz uma contribuição fundamental, pois permite-nos compreender que variações no IDEB podem não refletir, de forma imediata ou direta, mudanças efetivas na qualidade do ensino ou nas condições de trabalho docente. Assim, o estudo reforça a importância de se analisar o IDEB de maneira articulada a outros indicadores educacionais, especialmente os relacionados à docência, evitando interpretações simplificadas e fortalecendo uma leitura mais contextualizada e criteriosa da qualidade do ensino, conforme os objetivos propostos em nosso trabalho.

Frantz e Alves (2021), em seu artigo que propõe uma medida de rotatividade docente na educação básica, contribuem de forma significativa para a presente pesquisa ao evidenciar a elevada instabilidade do corpo docente, tomando a escola como unidade de análise. Ao demonstrar taxas expressivas de rotatividade, especialmente nas redes públicas, o estudo reforça a centralidade desse indicador para a compreensão da qualidade do ensino.

A rotatividade docente configura-se como um elemento fundamental, uma vez que a alta circulação de professores pode comprometer a continuidade do trabalho pedagógico e o acompanhamento sistemático do processo de ensino e aprendizagem ao longo do ano letivo. Ademais, ao relacionar a rotatividade a variáveis como vínculo empregatício e dependência administrativa, o estudo oferece-nos subsídios analíticos importantes para refletirmos sobre como as condições de trabalho docente podem impactar os resultados educacionais e, consequentemente, a qualidade do ensino, reforçando a pertinência dos objetivos da presente pesquisa.

Soares *et. al*. (2022) trazem em seu artigo uma análise do Indicador de Desenvolvimento das Escolas, adotado como política de bonificação por desempenho no estado do Espírito Santo. A pesquisa desenvolvida contribui para a presente pesquisa ao discutir os limites e potencialidades dos indicadores educacionais utilizados para aferirem a qualidade do ensino. Ao estabelecer aproximações com o IDEB e evidenciar fragilidades metodológicas, mesmo diante de avanços como a incorporação do fator socioeconômico, o estudo reforça a necessidade de uma leitura crítica dos indicadores e de suas formas de utilização nas políticas educacionais.

Na perspectiva desta pesquisa, esse debate é relevante ao evidenciar que indicadores de desempenho, quando utilizados de forma isolada, podem não capturar a complexidade dos processos educativos. Assim, o estudo destes autores contribui para reforçar a importância de articular o IDEB a outros indicadores, especialmente àqueles relacionados à docência,

permitindo uma análise mais abrangente da qualidade do ensino e um diálogo mais consistente com as metas estabelecidas nas políticas educacionais vigentes.

Soares e Alves (2023) trazem em seu artigo um estudo que apresenta a construção de uma medida do nível socioeconômico (NSE) das escolas brasileiras. Ao demonstrar que a relação entre o NSE das escolas e os resultados educacionais expressa as desigualdades estruturais do país, o estudo reforça a compreensão de que o rendimento escolar não pode ser explicado exclusivamente por fatores internos à escola. O estudo realizado pelos autores permite compreender em que medida os resultados associados à docência dialogam com as condições socioeconômicas das escolas, evitando leituras simplificadas que atribuam exclusivamente aos professores a responsabilidade pelos resultados educacionais. Assim, o estudo oferece subsídios metodológicos e analíticos importantes para o confronto entre os indicadores docentes, o IDEB e as metas estabelecidas nas políticas educacionais vigentes, conforme os objetivos de nossa pesquisa.

Bauer (2024), em seu artigo, problematiza a centralidade atribuída aos indicadores quantitativos de desempenho discente e traz como contribuição para a presente pesquisa a necessidade de uma leitura mais crítica e contextualizada dos dados educacionais utilizados na formulação de políticas públicas, ao apontar que a ênfase excessiva em médias e resultados tende a obscurecer os processos pedagógicos e os fatores que influenciam o alcance das metas educacionais. A pesquisa traz uma reflexão relevante, pois evidencia a importância de se considerar indicadores de processo, como aqueles relacionados à formação, estabilidade e condições de trabalho docente, para se compreender de forma mais ampla a qualidade do ensino. Assim, o artigo reforça a necessidade de se utilizar o IDEB de maneira articulada a indicadores da docência, contribuindo para análises que subsidiem políticas educacionais mais coerentes com as realidades das escolas e menos centradas em interpretações meramente quantitativas dos resultados.

E, por fim, Soares (2024), que, em seu artigo, investiga os fatores externos ao controle da escola associados aos resultados do IDEB, traz como contribuição para a presente pesquisa a evidência de que o desempenho educacional é fortemente influenciado por variáveis contextuais e estruturais. Ao identificar a distorção idade-série, o nível socioeconômico e as desigualdades raciais como fatores de maior impacto nos resultados, o estudo reforça a necessidade de uma análise que considere o contexto em que as escolas estão inseridas. Para a pesquisa aqui desenvolvida, que busca analisar a relação entre os indicadores educacionais da profissão docente e o rendimento escolar aferido pelo IDEB em Humaitá-AM, a identificação do esforço docente como uma variável explicativa é particularmente relevante, pois sinaliza

que a sobrecarga de trabalho dos professores pode comprometer a qualidade do ensino e a aprendizagem dos estudantes. Assim, o estudo de Soares (2024) reforça-nos a pertinência de incorporarmos os indicadores da profissão docente na análise da qualidade do ensino, não como fatores isolados ou determinantes, mas como elementos que interagem com as condições socioeconômicas e educacionais das escolas, contribuindo para uma compreensão mais ampla e contextualizada dos resultados do IDEB e para o aprimoramento das políticas educacionais.

Em conjunto, os estudos analisados convergem ao demonstrar que os resultados educacionais expressos por indicadores como o IDEB não são explicados por um único fator, mas resultam da interação entre variáveis contextuais, institucionais e docentes. A literatura evidencia, de forma recorrente, que aspectos como nível socioeconômico das escolas, distorção idade-série, abandono escolar e desigualdades sociais influenciam no rendimento escolar, ao mesmo tempo em que destaca a relevância dos indicadores relacionados à profissão docente, tais como formação inicial e continuada, regularidade, rotatividade, esforço e condições de trabalho.

Os artigos também apontam que, embora o IDEB seja amplamente utilizado como parâmetro de análise da qualidade do ensino, sua interpretação requer cautela e contextualização, especialmente quando analisado no nível das escolas. Nesse sentido, os estudos reforçam a necessidade de se articular os resultados do IDEB a outros indicadores educacionais, evitando leituras simplificadas ou responsabilizações unilaterais do professor pelos resultados obtidos. A dimensão docente emerge, portanto, como um eixo central para a compreensão da qualidade do ensino, não de forma isolada, mas em interação com fatores socioeconômicos e estruturais.

Além disso, a produção analisada revela uma lacuna importante no campo educacional: embora muitos estudos reconheçam a influência do trabalho docente nos resultados educacionais, ainda são limitadas as pesquisas que sistematizam e analisam, de maneira integrada, os indicadores específicos da profissão docente ao longo do tempo, especialmente em contextos municipais e em regiões com maiores vulnerabilidades sociais. É nesse espaço que a presente pesquisa se insere, ao propor a análise dos indicadores educacionais da profissão docente no município de Humaitá-AM, no período de 2020 a 2024, confrontando-os com o rendimento escolar aferido pelo IDEB.

2. OS CAMINHOS DA PESQUISA

Os caminhos traçados para o desenvolvimento desta pesquisa partem da abordagem metodológica qualitativa, na medida em que se busca compreender e interpretar os significados atribuídos aos dados no contexto da realidade investigada. Conforme destaca Minayo (2001, p. 22), "a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, preocupando-se, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado". Nesse sentido, essa abordagem possibilita uma análise mais aprofundada do objeto de estudo, voltada à compreensão dos elementos que permeiam a realidade educacional investigada.

Embora a pesquisa utilize dados de natureza quantitativa, como os resultados do IDEB, o foco central está na interpretação desses dados à luz do contexto em que estão inseridos. Nessa perspectiva, Gatti (2004) ressalta que dados quantitativos, como indicadores educacionais, demandam interpretação e fundamentação teórica para que possam produzir conhecimento relevante. Assim, mais do que a mensuração em si, interessa a esta pesquisa compreender os significados e implicações desses dados no contexto educacional do município de Humaitá-AM.

Com isso, o intuito da pesquisa é apresentar uma interpretação dos dados para dar-lhes sentido e gerar conhecimentos a partir deles. Para Oliveira et al. (2020, p. 02), "[...] uma pesquisa de natureza qualitativa busca dar respostas a questões muito particulares, específicas, que precisam de elucidações mais analíticas e descritivas", sendo possível ter-se uma visão mais completa e rica do fenômeno em estudo.

Além disso, esta pesquisa apresenta natureza descritiva, permitindo o levantamento e a organização dos dados para caracterizar os indicadores educacionais e a atuação docente no município de Humaitá – AM no período de 2020 a 2024. A análise descritiva dos dados segue as orientações de Gil (2008), que destaca a relevância de identificar padrões e tendências para a compreensão dos fenômenos estudados. Dessa forma, a investigação busca não apenas quantificar dados, mas também interpretá-los criticamente, ampliando a compreensão do contexto social no qual se insere.

Como método de investigação, optamos pela pesquisa documental, a qual possibilita a contextualização histórica, cultural, social e econômica de determinado período. Conforme Gil (2002), a pesquisa documental caracteriza-se pelo uso de fontes diversificadas, baseando-se na análise de documentos já existentes. Nesse sentido, este estudo toma como referência documentos públicos, tais como os disponibilizados pelo Instituto Nacional de

Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no que se refere aos indicadores voltados à profissão docente, e os indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que oferecem subsídios relevantes para a compreensão da realidade educacional investigada.

Esses dados coletados serão organizados em tabelas, evidenciando o resultado de cada descritor voltado à atuação docente, e serão analisadas as variações desses indicadores, permitindo-nos compreender sua evolução e sua relação com a qualidade do ensino em Humaitá-Am. Os resultados obtidos serão comparados com as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) a fim de avaliar o desempenho do município dentro do período analisado.

Como método de análise, utilizamos o materialismo histórico dialético de Marx, que nos permitirá compreender a realidade observada em um processo histórico e, como tal, em constante transformação. De acordo com Netto (2011), o materialismo histórico dialético nos possibilitará entender nosso objeto de estudo a partir de um todo complexo, a partir de sua totalidade e não de fatos isolados. Embora a pesquisa seja quantitativa, os dados estatísticos, como os indicadores educacionais, serão analisados não de forma neutra, mas em diálogo com as contradições de classe, de poder e de condições materiais.

O materialismo histórico dialético, nesse sentido, nos oferece uma lente poderosa, considerando que o objeto de Marx é a sociedade, o sistema de relações construído pelos homens. De acordo com Netto (2011), essa é uma relação de sujeito/objeto, em que, no processo do conhecimento teórico, o sujeito está implicado no objeto. Nessa perspectiva, analisaremos as complexas relações entre a sociedade, a educação e as avaliações externas, que estão implicadas na sociedade, considerando o contexto atual, dividido em classes, e o atual modo de produção ao qual estamos sujeitos.

Diante disso, para prosseguirmos com o objetivo da pesquisa, utilizaremos algumas categorias de análise do materialismo histórico dialético para compreendermos nosso objeto de estudo, as categorias citadas por Marx em seus escritos, que, de acordo com Netto (2011), “Exprimem [...] formas de modo de ser, determinações de existências, frequentemente aspectos isolados de uma sociedade determinada”. Assim, destacamos as categorias: trabalho, totalidade e contradição.

À luz das categorias de análise marxista apresentadas por Neto (2011), é possível situar o objeto desta investigação, que tem como foco os indicadores da profissão docente (adequação, esforço, formação e remuneração), disponibilizados pelo INEP, bem como os resultados do IDEB.

A categoria “trabalho” manifesta-se diretamente nos indicadores relativos à profissão docente, pois evidenciam as condições concretas em que o professor exerce sua atividade e a forma como este trabalho é estruturado socialmente. Já a categoria “de totalidade” permite-nos compreender que os dados quantitativos, mesmo quando apresentados de maneira fragmentada, somente podem ser interpretados em sua conexão com o conjunto das relações sociais, culturais e econômicas que constituem a realidade educacional, de modo que os indicadores docentes e os do IDEB devem ser analisados em articulação uns com os outros. Por fim, a categoria “de contradição” emerge na tensão entre as metas de qualidade aferidas pelo IDEB e as condições objetivas de trabalho, remuneração e formação dos professores, revelando os limites das políticas públicas que, ao mesmo tempo em que cobram resultados, não asseguram condições equitativas de trabalho docente.

Assim, ainda que se trate de uma pesquisa de natureza quantitativa, descritiva e documental, sem pesquisa de campo, a análise proposta busca transcender a mera apresentação estatística e alcançar uma interpretação crítica da realidade educacional, fundamentada no referencial marxista.

Para a coleta de dados, utilizaremos o site do INEP, na seção de indicadores educacionais, com foco nas seguintes categorias da profissão docente: adequação docente, esforço docente, percentual de docentes com curso superior e remuneração docente para o período de 2020 a 2024. Em relação aos dados do IDEB, analisaremos os resultados de 2019, 2021 e 2023. Terá como lócus de pesquisa o município de Humaitá localizado no interior do estado do Amazonas.

3. QUALIDADE DO ENSINO: CONTEXTO HISTÓRICO E DIMENSÕES

A qualidade do ensino tem sua jornada histórica desde seus primórdios, moldada por diferentes contextos sociais, políticos e culturais, refletindo assim ao longo da sua história os valores e as necessidades de cada época. O conceito de qualidade do ensino, nesse sentido, tem se tornado dinâmico e adaptável às mudanças sociais, tecnológicas e culturais ocorridas ao longo do tempo; e a busca por um ensino de qualidade tem se tornado constante, exigindo uma reflexão crítica sobre os objetivos, métodos e resultados da educação.

Ao se tratar de qualidade no campo educacional, é importante considerar, de acordo com Dourado; Oliveira; Santos (2011), as condições objetivas de ensino, condições que envolvem fatores internos e externos à escola que vão compor as dimensões para se alcançar a qualidade, visto que as mesmas refletem-se, por meio dos indicadores, na qualidade do ensino.

Nessa perspectiva, é importante considerar a qualidade do ensino como um conceito multifacetado, com diversas dimensões interligadas para a efetividade do processo de aprendizagem. Nesse sentido, a qualidade do ensino não se resume a um único fator, mas sim a um conjunto de elementos que trabalham em união para promover a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos alunos.

De acordo com Freitas (2008), nos últimos 20 anos, a qualidade do ensino no Brasil é abordada mediante políticas de ação reguladora normativa da união, especificamente no que diz respeito ao acesso e permanência. Nessa perspectiva, a obrigatoriedade da educação básica assume papel central, uma vez que se configura como um mecanismo de garantia do direito à educação, impondo ao Estado o dever de assegurar não apenas o ingresso, mas também a continuidade dos estudantes no sistema educacional. Assim, a obrigatoriedade não se limita ao acesso formal à escola, mas implica a oferta de condições que possibilitem a permanência e o desenvolvimento dos alunos ao longo de sua trajetória escolar.

A qualidade do ensino está intrinsecamente interligada com a qualidade da educação. Seu foco está no desenvolvimento integral dos estudantes, sendo uma condição necessária para a qualidade da educação, servindo-se de fatores que irão contribuir na formação integral dos estudantes. Freitas (2008) ressalta que a qualidade e a obrigatoriedade têm ganhado maior relevância a partir da Constituição de 1988, em que se tornaram prioridades no Plano Nacional de Educação – PNE e no Plano de Desenvolvimento da Educação Básica – PDE, sendo anunciadas como eixos centrais.

O problema da qualidade da educação é uma preocupação mundial e vem se tornando central no debate educacional a partir da década de 1940. Ao buscarmos a evolução histórica da qualidade no contexto educacional, voltamos à primeira concepção sobre a qualidade apresentada por Oliveira e Araújo (2005), em que sua primeira definição estava relacionada à oferta de vagas em escolas públicas. Se as vagas fossem suficientes para todos, então a educação oferecida seria de qualidade. Contudo, as vagas eram insuficientes e atendiam somente aos interesses de uma minoria privilegiada; sendo assim, a qualidade era vista como a possibilidade ou a impossibilidade de acesso.

O princípio de melhoria das ofertas insuficientes era ampliar as oportunidades de escolarização e, com isso, começou-se a construir prédios escolares e a adquirir materiais pedagógicos. Todavia, outras questões, a exemplo do trabalho docente, mantiveram-se de forma precária, com baixos salários e péssimas condições de trabalho. Nesse sentido, a qualidade da educação voltou-se para o maior acesso das camadas populares à escola, porém, sem condições materiais e humanas para a oferta de um ensino de qualidade.

A partir de 1980, começou a ser definido um novo modelo de qualidade em que a qualidade da educação era medida pela quantidade de alunos que avançavam dentro de um sistema de ensino. Sendo assim, uma escola em que saíam mais alunos do que entravam era considerada uma escola de qualidade. Ressalta-se que, apesar da criação de novas escolas e do aumento do número de matrículas, havia uma taxa muito grande de repetência e desistência, o que dava mais evidência à baixa qualidade da educação que era oferecida à população, conforme Oliveira e Araújo (2005).

Foi no sentido de combater a reprovação e avançar nos índices de produtividade que surge o conceito de qualidade indicada pela capacidade cognitiva dos estudantes comparada a testes padronizados. Cury (2014) destaca como a "cultura de avaliação" como o SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) para o ensino fundamental e o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) para o ensino médio, em que são preparados exames com os mesmos padrões que verificam o conhecimento que os alunos têm dos conteúdos naquela etapa da escolarização.

A intenção desses exames é avaliar se o aluno aprendeu ou não aqueles conteúdos, sendo uma maneira objetiva de avaliar o desempenho do aluno, independentemente da situação e condições em que ele se encontra, ou seja, independente das desigualdades dentro do próprio sistema, que não foram eliminadas. Através das análises dos testes feitos nas escolas, pode-se observar que há diversos fatores que contribuem para uma educação de qualidade, que define o alto ou baixo rendimento escolar.

Um desses fatores que é bastante destacado é o fator socioeconômico: uma escola que tem um clima favorável e recursos pedagógicos disponíveis tem melhor desempenho dos alunos nos testes. Outros fatores importantes, como a qualificação docente, a quantidade de alunos por professor dentro de uma sala de aula, também são usados para medir a qualidade do ensino oferecido.

Oliveira (2022) ressalta que as avaliações em larga escala têm sua importância para o monitoramento de políticas públicas, orientando as escolas em busca de melhorias, mas somente enviar ou disponibilizar os dados não são seguros para a reflexão e melhoria, e destaca ainda, com base em Freitas *et. al.* (2009), que os dados podem alcançar legitimidade técnica, mas apresentam lacunas na legitimidade política.

3.1 A qualidade do Ensino no Estado do Amazonas

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) tem sido adotado, desde sua criação, como um dos principais indicadores para aferir a qualidade do ensino no Brasil.

Calculado a partir da combinação entre o rendimento escolar e o desempenho dos estudantes, o IDEB passou a orientar metas, diagnósticos e políticas públicas educacionais em âmbito nacional, estadual e municipal.

No Estado do Amazonas, os resultados do IDEB têm revelado desafios históricos relacionados à qualidade do ensino, especialmente quando comparados às médias nacionais. De acordo com os estudos de Lira (2024), o sistema educacional no Amazonas apresenta características específicas marcadas por uma grande heterogeneidade, uma vez que comunidades rurais e urbanas convivem com diferentes realidades e desafios. Embora o IDEB forneça importantes subsídios para o monitoramento da educação básica, sua utilização como parâmetro exclusivo de qualidade do ensino apresenta limites, sobretudo em contextos como o amazônico.

Nesse sentido, analisar a qualidade do ensino no Estado do Amazonas a partir do IDEB requer considerar indicadores complementares, especialmente aqueles relacionados à profissão docente. Aspectos como formação, regularidade, vínculo e condições de trabalho dos professores constituem elementos centrais para a compreensão dos resultados educacionais e da efetividade das políticas públicas. Assim, a análise do IDEB, quando articulada aos indicadores da docência, possibilita uma leitura mais abrangente da qualidade do ensino, perspectiva adotada nesta pesquisa ao investigar o município de Humaitá-AM.

Diante desse cenário, as políticas educacionais voltadas à promoção da qualidade do ensino passaram a incorporar o IDEB como referência para o planejamento, a formulação de metas e a implementação de estratégias de intervenção nas redes públicas de ensino. De acordo com Lira (2024), as políticas educacionais constituem um campo vital para a promoção da educação de qualidade.

Em âmbito nacional, estadual e municipal, observa-se a implementação de políticas educacionais que buscam elevar os indicadores de desempenho escolar, como programas de formação docente, ações de valorização profissional, incentivos vinculados a resultados, reorganização curricular e o acompanhamento sistemático do rendimento educacional. No contexto amazônico, entretanto, tais políticas assumem contornos ainda mais complexos, uma vez que a promoção da qualidade do ensino exige o enfrentamento de desafios estruturais históricos (Lira, 2024).

Conforme ainda destaca Lira (2024), entre esses desafios estão a escassez de profissionais efetivos, a elevada rotatividade docente, as dificuldades de acesso às escolas localizadas em áreas rurais, ribeirinhas e indígenas, a insuficiência de políticas permanentes de formação e valorização do magistério, bem como a fragilidade na continuidade e

articulação entre as diferentes esferas de governo. Esses elementos demandam uma abordagem cuidadosa e contextualizada para a promoção de uma educação de qualidade que considere as especificidades da realidade amazônica.

Nesse contexto, para além do IDEB, o estado do Amazonas instituiu mecanismos próprios de monitoramento e indução da qualidade do ensino, entre os quais se destaca o Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM). Criado por meio de ato normativo do governo estadual, o SADEAM tem como finalidade acompanhar o desempenho dos estudantes da rede pública estadual e subsidiar o planejamento, a formulação e a implementação de políticas educacionais. Alinhado às diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996) e às metas do Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 13.005/2014), esse sistema passou a orientar ações voltadas à melhoria dos resultados educacionais, ainda que inserido em uma lógica de monitoramento e responsabilização baseada no desempenho. Conforme destaca Moreno (2016), a criação do SADEAM respondeu à necessidade de obtenção de dados mais frequentes e detalhados, considerando que as informações produzidas pelo SAEB são disponibilizadas em intervalos bienais, enquanto o SADEAM possui aplicação anual.

No âmbito municipal, observa-se que Humaitá-AM também vem desenvolvendo estratégias próprias para a promoção da qualidade do ensino, em consonância com as políticas educacionais nacionais e estaduais. Entre essas iniciativas, destaca-se o Avalia Humaitá, instrumento instituído no âmbito da gestão municipal como estratégia de acompanhamento do desempenho educacional da rede, utilizado para subsidiar o planejamento pedagógico, a tomada de decisões e a organização de ações formativas junto às escolas e aos profissionais da educação. Tal iniciativa dialoga com os princípios da gestão democrática do ensino público, previstos no artigo 206 da Constituição Federal de 1988, ao buscar produzir diagnósticos que orientem intervenções pedagógicas no contexto local.

Outra política relevante é a ampliação da Educação em Tempo Integral, desenvolvida pelo município em consonância com as metas do Plano Nacional de Educação (Meta 6), que estabelece a ampliação progressiva da jornada escolar como estratégia para a melhoria da aprendizagem e da qualidade do ensino. Ao ampliar o tempo de permanência do estudante na escola, essa política busca promover uma formação mais integral, contemplando dimensões cognitivas, sociais e culturais do processo educativo.

Destaca-se, ainda, o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, política alinhada às garantias constitucionais do direito à educação e às diretrizes da LDB, especialmente no que se refere à oferta da educação básica

para aqueles que não tiveram acesso ou permanência na escola na idade própria. No contexto amazônico e, especificamente, no município de Humaitá, essa política assume papel fundamental no enfrentamento das desigualdades educacionais históricas e na ampliação do acesso à escolarização.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível que as políticas educacionais voltadas à melhoria da qualidade do ensino considerem, de forma integrada, tanto os indicadores de desempenho educacional quanto os indicadores relacionados à profissão docente, reconhecendo que os resultados escolares são produzidos a partir de condições objetivas, históricas e sociais de trabalho. Assim, a centralidade do trabalho docente deve ser compreendida não apenas como fator técnico-pedagógico, mas como dimensão estruturante da qualidade do ensino.

Nessa perspectiva, a análise das políticas educacionais desenvolvidas no município de Humaitá-AM possibilita problematizar em que medida as ações implementadas com vistas à elevação dos resultados do IDEB dialogam, efetivamente, com a valorização docente e com a melhoria das condições de trabalho nas escolas. Tal articulação mostra-se fundamental para a efetivação do direito à educação de qualidade socialmente referenciada, especialmente em um território marcado por desigualdades socioeconômicas e desafios logísticos como o amazônico.

4. INDICADORES EDUCACIONAIS DA PROFISSAO DOCENTE E QUALIDADE DO ENSINO EM HUMAITÁ

O município de Humaitá está localizado no interior do estado do Amazonas e, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, possui uma população de estimada de 62.312 habitantes em 2024. O mesmo está situado entre as rodovias Transamazônica e é banhado pelo Rio Madeira sendo localizado à margem direita do rio. Fundada em 15 de maio de 1869 e possuindo 155 anos, atualmente Humaitá é administrada pelo prefeito José Cidenei Lobo no Nascimento.

O município possui uma história rica que começou no final do século XVII. Os primeiros habitantes da região foram os indígenas das etnias Parintintin, Mura, Pirarrã, entre outras, que viviam às margens dos rios Maici, Marmelo e Madeira. A fundação oficial da cidade de Humaitá remonta ao ano de 1869, quando o comerciante José Francisco Monteiro se estabeleceu na região, fundando o povoado que mais tarde se tornaria a cidade de Humaitá. O nome "Humaitá" tem origem indígena, possivelmente significando "pedra preta" ou "pedra agora negra" em Tupi.

O município possui uma economia diversificada, com destaque para a agricultura, pesca e pecuária, além de desempenhar um papel importante como ponto logístico devido à sua localização estratégica na confluência das rodovias Transamazônica e Manaus-Porto Velho, além de estar situada às margens do rio Madeira.

A rede municipal de ensino de Humaitá atende, segundo dados do Censo Escolar/INEP (2024), aproximadamente 9.814 estudantes, distribuídos em 77 unidades escolares, das quais 17 estão localizadas na área urbana e 60 na área rural do município, abrangendo comunidades ribeirinhas, localidades ao longo das estradas e aldeias indígenas (INEP, 2024). Essa configuração evidencia a complexidade da oferta educacional no município, marcada pela diversidade territorial, cultural e social, que impõe desafios específicos à gestão educacional e à garantia da qualidade do ensino.

A predominância de escolas situadas em áreas rurais e de difícil acesso reforça a necessidade de políticas públicas e estratégias educacionais sensíveis às particularidades do território amazônico. Nessas realidades, fatores como transporte escolar, infraestrutura, permanência dos estudantes, formação e fixação de professores, bem como a organização do trabalho pedagógico, assumem papel central na construção de uma educação que assegure equidade e condições adequadas de aprendizagem.

Ainda segundo os dados do Censo Escolar/INEP (2024), a rede municipal de ensino de Humaitá contava com um total de 473 professores, dos quais 234 atuavam nos anos iniciais e 239 nos anos finais do Ensino Fundamental. Esses dados evidenciam uma distribuição relativamente equilibrada do corpo docente entre as duas etapas, o que permite analisar os indicadores educacionais considerando as especificidades do trabalho pedagógico desenvolvido em cada segmento.

No que se refere ao rendimento escolar, os dados do Censo Escolar/INEP (2024) indicam que, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a rede municipal apresentou percentual de 2,2% de reprovação, 0,2% de abandono e 97,6% de aprovação. Já nos anos finais, os índices apontam para 4% de reprovação, 1,1% de abandono e 94,9% de aprovação. Observa-se, portanto, um aumento nos percentuais de reprovação e abandono nos anos finais, ainda que os índices de aprovação permaneçam majoritários em ambas as etapas, o que sugere diferenças nos desafios enfrentados ao longo da trajetória escolar dos estudantes.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), calculado a partir do desempenho dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática, aferido pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), e do fluxo escolar, expresso pela taxa de aprovação,

o município apresentou, no ano de 2023, resultados distintos entre os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. Nos anos iniciais, o IDEB alcançou média de 5,4, resultante de um indicador de aprendizado de 5,55 e de um fluxo escolar de 0,98, superando a meta projetada pelo município, fixada em 5,0. Nos anos finais, o índice foi de 4,6, obtido a partir de um aprendizado de 4,8 e de um fluxo de 0,96, também acima da meta municipal projetada, que era de 4,4.

É importante destacar que, ao analisar o IDEB dos anos anteriores ao último período considerado, observa-se uma trajetória de evolução gradual no município de Humaitá. Em 2019, o município alcançou média de 4,3 nos anos iniciais do Ensino Fundamental, valor inferior à meta projetada de 4,7, enquanto nos anos finais obteve média de 3,7, frente à meta de 4,1. Em 2021, os resultados indicam avanço nos dois segmentos: nos anos iniciais, o IDEB atingiu média de 4,7, ainda abaixo da meta projetada de 5,0, e, nos anos finais, o município alcançou média de 3,9, também inferior à meta estabelecida de 4,4. Esses dados evidenciam um movimento progressivo de melhoria nos indicadores educacionais ao longo do período analisado, ainda que persistam desafios para o alcance das metas estipuladas, aspecto que será aprofundado nas análises subsequentes deste trabalho.

4.1 O Plano Municipal Educação de Humaitá (PME) e a qualidade do ensino

O Plano Municipal de Educação (PME) de Humaitá constitui-se como o principal instrumento de planejamento da política educacional do município, estabelecendo diretrizes, metas e estratégias para a garantia do direito à educação e para a promoção da qualidade do ensino em consonância com o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Ao assumir caráter normativo e orientador, o PME expressa a compreensão de que a melhoria da qualidade da educação não se efetiva por meio de ações pontuais, mas requer planejamento de médio e longo prazo, articulado às especificidades territoriais, sociais e educacionais do município.

No documento, a qualidade do ensino é compreendida de forma ampliada, associada não apenas aos resultados de desempenho escolar, mas também às condições de acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes, bem como à valorização dos profissionais da educação. Essa perspectiva dialoga com o entendimento de que os indicadores educacionais, como o IDEB, embora relevantes para o monitoramento da educação básica, não esgotam a complexidade do fenômeno educativo, sobretudo em contextos marcados por desigualdades estruturais, como é o caso do município de Humaitá, inserido na realidade amazônica.

O PME de Humaitá reconhece explicitamente os desafios impostos pela configuração territorial do município, caracterizada pela predominância de escolas localizadas em áreas rurais, ribeirinhas e indígenas, o que implica dificuldades relacionadas ao acesso, à infraestrutura, à permanência dos estudantes e à fixação de profissionais da educação. Nesse sentido, o plano destaca a necessidade de políticas educacionais que considerem essas especificidades, reafirmando o princípio da equidade como elemento central da qualidade do ensino.

No que se refere à profissão docente, o Plano Municipal de Educação atribui centralidade à formação, à valorização e às condições de trabalho dos professores como fatores determinantes para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem. As metas e estratégias voltadas à formação inicial e continuada, à valorização profissional e à melhoria das condições de exercício do magistério evidenciam o reconhecimento de que a qualidade do ensino está intrinsecamente vinculada ao trabalho docente.

O plano dedica atenção especial às metas 15, 16, 17 e 18, alinhadas às diretrizes do Plano Nacional de Educação. A Meta 15 estabelece como objetivo garantir que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de atuação, prevendo estratégias voltadas à ampliação do acesso à formação inicial e à adequação da formação docente às exigências legais.

A Meta 16, por sua vez, enfatiza a formação continuada, propondo ações que assegurem oportunidades permanentes de aperfeiçoamento profissional aos docentes da rede municipal, articuladas às necessidades pedagógicas das escolas e às especificidades do território.

Já a Meta 17 trata da valorização do magistério por meio da equiparação do rendimento médio dos professores ao de outros profissionais com escolaridade equivalente, reconhecendo a remuneração como elemento fundamental para a atratividade, permanência e valorização da carreira docente.

Complementarmente, a Meta 18 prevê o fortalecimento dos planos de carreira dos profissionais da educação básica, assegurando condições adequadas de trabalho, progressão funcional e estabilidade, aspectos diretamente relacionados à redução da rotatividade docente e à melhoria da qualidade do ensino.

De forma articulada, essas metas e suas estratégias evidenciam que o PME de Humaitá compreende a profissão docente como eixo estruturante da qualidade educacional, perspectiva que fundamenta a análise dos indicadores docentes desenvolvida nesta pesquisa.

Além disso, o PME estabelece a alfabetização como etapa estruturante do percurso escolar, ressaltando a importância de garantir aprendizagens adequadas nos anos iniciais do Ensino Fundamental como condição para o sucesso escolar nas etapas subsequentes. Essa diretriz revela uma preocupação com a qualidade do ensino em sua dimensão processual, ao reconhecer que dificuldades acumuladas ao longo da trajetória escolar impactam diretamente o rendimento educacional e, consequentemente, os indicadores de desempenho utilizados para aferir a qualidade da educação básica.

Outro aspecto relevante do Plano Municipal de Educação refere-se à ampliação da jornada escolar e à promoção da educação integral, entendidas como estratégias para o fortalecimento das aprendizagens e para a redução das desigualdades educacionais. No entanto, o próprio documento indica que a efetivação dessas propostas depende de investimentos estruturantes, especialmente no que se refere à infraestrutura escolar, à organização do trabalho pedagógico e à valorização dos profissionais da educação, reafirmando a centralidade do trabalho docente na promoção da qualidade do ensino.

Dessa forma, o Plano Municipal de Educação de Humaitá configura-se como um marco fundamental para a análise da qualidade do ensino no município, ao explicitar diretrizes e metas que articulam desempenho escolar, condições de oferta, equidade e valorização docente. Ao ser tomado como referência nesta pesquisa, o PME possibilita compreender em que medida os indicadores educacionais da profissão docente dialogam com as políticas educacionais locais e com os resultados expressos em indicadores como o IDEB, evidenciando que a qualidade do ensino deve ser analisada a partir de uma perspectiva integrada, histórica e socialmente contextualizada. O Plano Municipal de Educação e os programas dele derivados constituem o pano de fundo político e institucional a partir do qual os indicadores da profissão docente analisados nesta pesquisa devem ser compreendidos

4.1.1 Programas e ações educacionais no município de Humaitá

Com o objetivo de enfrentar os desafios presentes no PME e promover a melhoria da qualidade do ensino, o município de Humaitá tem adotado diferentes programas e ações educacionais, alinhados às diretrizes nacionais e às demandas locais. Tais iniciativas buscam fortalecer os processos de ensino e aprendizagem, apoiar o trabalho docente, aprimorar a gestão escolar e elevar os indicadores educacionais, em especial aqueles expressos pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Entre essas estratégias, destacam-se programas voltados à alfabetização, à formação continuada de professores, ao acompanhamento pedagógico e ao apoio às escolas com maiores dificuldades de desempenho.

Nesse sentido, a análise da rede municipal de ensino de Humaitá, articulada aos programas implementados e aos resultados educacionais alcançados, possibilita compreender de que forma as políticas locais têm buscado responder às especificidades do território e contribuir para a melhoria da qualidade do ensino ofertado à população.

No âmbito das estratégias adotadas pela rede municipal de ensino de Humaitá para a melhoria da qualidade do ensino, segundo informações disponíveis no site oficial da Prefeitura Municipal de Humaitá (2024), o município desenvolve programas voltados à alfabetização na idade certa, dentre eles destaca-se o Programa Alfabetiza Humaitá criado por meio da lei municipal nº 984/2024, iniciativa voltada à garantia da alfabetização na idade certa, sendo fundamentada em uma perspectiva de colaboração Interfederativa, em consonância com as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), instituído pelo Governo Federal. O programa tem como foco o fortalecimento das práticas pedagógicas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, reconhecendo a alfabetização como etapa estruturante do percurso escolar e condição fundamental para o desenvolvimento das aprendizagens posteriores (Humaitá, 2024).

Nesse sentido, conforme dispõe o artigo 4º da Lei nº 984/2024, o programa encontra-se estruturado em diferentes eixos, a saber: governança e gestão, formação, infraestrutura, avaliação e boas práticas. Dentre esses, o inciso V estabelece o eixo “Boas práticas”, definido como a ação destinada a reconhecer e premiar o trabalho bem-sucedido desenvolvido pelos profissionais do magistério em práticas pedagógicas voltadas à promoção de aprendizagens satisfatórias no processo de alfabetização.

Trata-se de uma iniciativa executada anualmente pela Secretaria Municipal de Educação, que se materializa, entre outras ações, no Programa Educação Premiada, cujo objetivo é reconhecer, valorizar e premiar o compromisso, o esforço e o desempenho das escolas e dos profissionais da rede municipal de ensino. Essa estratégia busca incentivar a melhoria dos resultados educacionais por meio do reconhecimento institucional, associando o desempenho escolar ao engajamento coletivo das equipes pedagógicas e à atuação docente no cotidiano escolar.

À luz do debate teórico sobre as políticas de alfabetização no Brasil, iniciativas como o Programa Alfabetiza Humaitá dialogam com um movimento mais amplo de indução federal voltado à alfabetização na idade certa, materializado, nos últimos anos, por meio de programas como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Alferes e Mainardes (2019) destacam que as políticas do PNAIC se configuram como estratégias abrangentes, que articulam formação continuada de professores, avaliação do desempenho

discente e mecanismos de indução de resultados, respondendo tanto a demandas sociais quanto a pressões oriundas dos indicadores educacionais.

Segundo as autoras, essas políticas tendem a atribuir centralidade ao trabalho docente como elemento-chave para a melhoria da qualidade do ensino, ao mesmo tempo em que vinculam suas ações à elevação dos índices de alfabetização e de desempenho escolar (ALFERES; MAINARDES, 2019). Essa dinâmica revela que programas voltados à alfabetização, embora apresentem potencial formativo e organizacional, ao promoverem ações como formação continuada de professores, padronização de práticas pedagógicas, acompanhamento sistemático da aprendizagem e oferta de materiais didáticos estruturados, também operam sob uma lógica de responsabilização e regulação das práticas pedagógicas, na medida em que estabelecem metas, monitoram resultados e condicionam o trabalho docente ao cumprimento de indicadores previamente definidos.

As autoras ressaltam ainda que tais políticas não se materializam de forma homogênea nos territórios, sendo reinterpretadas e recriadas no contexto local, o que evidencia que seus efeitos dependem das condições institucionais, da gestão e do trabalho coletivo desenvolvido nas redes de ensino.

Outra estratégia específica voltada à valorização da profissão docente é o Concurso de Boas Práticas Pedagógicas, também desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação, por meio da portaria N. 513/2025, cujo propósito consiste em identificar, reconhecer e premiar experiências exitosas no processo de alfabetização. Essa ação reforça a centralidade do professor na promoção da qualidade do ensino, ao evidenciar práticas pedagógicas que contribuem de forma significativa para a aprendizagem dos estudantes e para a consolidação da alfabetização na idade adequada (Humaitá, 2024).

No campo da pesquisa educacional, o debate sobre boas práticas pedagógicas vem sendo associado à efetividade escolar e à melhoria dos resultados educativos, particularmente em contextos de vulnerabilidade social. Martins e Calderón (2019) afirmam que “boas práticas escolares não se limitam a ações pontuais, mas representam estratégias e condições que, combinadas, favorecem a organização do trabalho pedagógico e contribuem para a eficácia da escola enquanto instituição de aprendizagem” (MARTINS; CALDERÓN, 2019, p. 1301) . Os autores enfatizam que a consolidação de práticas pedagógicas bem-sucedidas envolve não apenas o reconhecimento de resultados positivos, mas também a reflexão contínua sobre as condições institucionais e profissionais que possibilitam tais práticas no cotidiano escolar, destacando o papel central do trabalho docente nesse processo.

Essas iniciativas evidenciam que o município de Humaitá tem direcionado esforços para o fortalecimento da alfabetização, compreendida como base para a melhoria do desempenho escolar ao longo das etapas seguintes da educação básica. Ao investir em programas que articulam políticas nacionais, estratégias locais e valorização docente, o município sinaliza a compreensão de que os resultados educacionais, expressos posteriormente em indicadores como o IDEB, estão diretamente relacionados às condições de trabalho docente, às práticas pedagógicas desenvolvidas e ao acompanhamento sistemático das escolas.

Nessa mesma direção, insere-se a política de Educação em Tempo Integral, adotada como uma das estratégias para a promoção da qualidade do ensino no município; tal política encontra respaldo no Plano Municipal de Educação (PME) em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), especialmente no que se refere à Meta 6, que prevê a ampliação progressiva da jornada escolar. Conforme destacado no documento Educação em Tempo Integral, a ampliação do tempo de permanência do estudante na escola não deve ser compreendida apenas como extensão da carga horária, mas como uma proposta de reorganização do trabalho pedagógico, de fortalecimento do projeto educativo e de promoção da formação integral dos estudantes, sendo esta entendida como o desenvolvimento das múltiplas dimensões humanas: cognitiva, social, cultural, ética e emocional.

O PME de Humaitá ainda reconhece que a efetivação da educação integral está condicionada à garantia de condições adequadas de funcionamento das escolas, à organização do trabalho pedagógico e, sobretudo, à valorização e à formação dos profissionais da educação.

Tal política demanda planejamento pedagógico consistente, acompanhamento sistemático das aprendizagens e maior articulação entre os profissionais da educação, o que evidencia a centralidade do trabalho docente na efetivação dessa proposta. Assim, a Educação em Tempo Integral, ao ser analisada em articulação com os indicadores da profissão docente, reforça a perspectiva adotada nesta pesquisa de que a qualidade do ensino é resultado de um conjunto de fatores históricos, sociais e institucionais.

A política de Educação em Tempo Integral, conforme discutido na literatura, ultrapassa a concepção de mera ampliação da jornada escolar, exigindo uma reorganização mais ampla do trabalho pedagógico e das condições institucionais das redes de ensino orientada para a promoção da educação integral. Nesse sentido, Machado (2023), ao diferenciar a escola em tempo integral da educação integral, destaca que esta última, parte da compreensão do sujeito como ser multidimensional, demandando práticas educativas que

articulem diferentes dimensões da formação humana, o que implica mudanças substantivas na organização escolar e no trabalho docente. Menezes (2012) reforça que a efetivação da Educação em Tempo Integral está diretamente vinculada ao financiamento adequado e à valorização dos profissionais da educação, uma vez que a ampliação do tempo de permanência dos estudantes na escola exige maior número de docentes, melhores condições de trabalho e formação específica para o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradas.

Parente e Herrero (2019) acrescentam que a Educação em Tempo Integral deve ser compreendida como um projeto político-pedagógico que envolve a articulação entre escola, comunidade e políticas públicas, não podendo ser reduzida a ações pontuais ou a estratégias de indução de resultados educacionais. Assim, ao analisar a política de Educação em Tempo Integral implementada no município de Humaitá em articulação com os indicadores da profissão docente, evidencia-se que a centralidade do trabalho docente constitui elemento estruturante para a concretização dessa proposta, ao mesmo tempo em que revela limites e contradições quando as condições materiais, formativas e organizacionais não acompanham os objetivos normativos estabelecidos nos planos e legislações educacionais.

Dando continuidade às ações educacionais desenvolvidas no município, destaca-se a política voltada à Educação de Jovens e Adultos, que se insere no contexto do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, instituído pelo Decreto nº 12.048, de 5 de junho de 2024. Essa política tem como finalidade apoiar estados e municípios na superação do analfabetismo e na qualificação da oferta da EJA, por meio de ações estruturadas em regime de colaboração Interfederativa, com ênfase na ampliação do acesso, na permanência dos estudantes e na melhoria das condições de oferta da modalidade.

A articulação entre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e as políticas de equidade no sistema educacional brasileiro constitui um campo de crescente relevância nos estudos de políticas públicas. Strickert e Godoy (2019) ressaltam que essas políticas compartilham princípios de inclusão e justiça social, voltados à redução das desigualdades educacionais e ao enfrentamento das barreiras históricas que dificultam o acesso e a permanência dos grupos mais vulnerabilizados no sistema escolar.

Nesse contexto, o Pacto EJA busca integrar diferentes ações voltadas à formação de profissionais, ao engajamento das comunidades e atores sociais na identificação e inclusão de estudantes, e ao apoio técnico-pedagógico, sempre com foco na promoção de uma educação inclusiva e de qualidade equitativa. Dessa forma, observa-se que a efetividade das políticas depende não apenas das diretrizes nacionais, mas também da articulação local, da participação

social e do fortalecimento das capacidades institucionais, elementos essenciais para reduzir desigualdades e ampliar oportunidades educativas.

Nesse sentido, a implementação de políticas articuladas de EJA e equidade pode ampliar não apenas a oferta de escolarização para jovens e adultos que não concluíram a educação básica, mas também contribuir para a promoção de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural, étnico-racial e social no interior das redes de ensino. O Pacto EJA, regulamentado pelo Decreto nº 12.048/2024, amplia esse escopo ao propor diretrizes que assegurem o direito à educação com equidade, combatendo o racismo estrutural e institucional e valorizando as práticas e saberes de populações historicamente marginalizadas.

O Decreto estabelece diretrizes que dialogam diretamente com os desafios enfrentados pelo município de Humaitá, como a equidade nas condições de oferta, a valorização dos profissionais da EJA, a formação continuada dos docentes, o monitoramento e a avaliação das ações desenvolvidas. Ao articular a EJA às políticas de alfabetização, à educação profissional e às estratégias de permanência escolar, o Pacto reforça a compreensão de que a qualidade do ensino nessa modalidade está intrinsecamente relacionada às condições de trabalho docente, à estabilidade profissional e ao suporte pedagógico oferecido pelas redes de ensino.

Nesse sentido, a adesão e a implementação das diretrizes do Pacto no âmbito municipal dialogam com as metas e estratégias previstas no Plano Municipal de Educação de Humaitá, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades educacionais históricas e para a promoção do direito à educação ao longo da vida, especialmente em um contexto marcado por desafios sociais, territoriais e logísticos como o amazônico.

4.2 Indicadores Educacionais[2]

A utilização de indicadores educacionais como dimensão de análise constitui um elemento central nas pesquisas que buscam compreender a qualidade do ensino e as dinâmicas que atravessam os sistemas educacionais. Esses indicadores permitem sistematizar informações, evidenciar tendências e subsidiar análises mais amplas sobre o funcionamento das políticas públicas educacionais, especialmente quando relacionados às condições de trabalho docente e aos resultados educacionais. Nesse sentido, os indicadores assumem papel estratégico tanto na produção do conhecimento científico quanto no acompanhamento e na avaliação das ações desenvolvidas pelo Poder Público.

Conforme destaca Garofalo (2020, p. 43), “os indicadores subsidiam, entre outras questões, as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais”, o que

[2] Parte deste texto foi apresentada no IV congresso do PPGECH, em forma de resumo expandido.

evidencia sua relevância para a análise das políticas educacionais e dos seus desdobramentos no contexto escolar. Assim, ao serem mobilizados como instrumentos analíticos, os indicadores não se limitam à mensuração de resultados, mas possibilitam a compreensão das relações entre políticas, práticas institucionais e condições objetivas que incidem sobre a qualidade do ensino.

A partir dessa compreensão, este estudo adota os indicadores educacionais como uma dimensão analítica fundamental, articulando-os às especificidades da profissão docente e ao rendimento escolar aferido pelo IDEB, no contexto do município de Humaitá-AM. Para que apresentem dados significativos, os indicadores educacionais precisam estar adequadamente relacionados às dimensões de análise pretendidas. Conforme destaca Garofalo (2020), a escolha criteriosa e bem definida dos indicadores possibilita a produção de dados apropriados, capazes de captar informações relevantes sobre programas que se deseja acompanhar, políticas a serem implementadas ou, ainda, processos de monitoramento da avaliação escolar. Além disso, os indicadores permitem evidenciar os resultados das ações realizadas, bem como suas evoluções ao longo do tempo (Garofalo, 2020).

Nesse sentido, as dimensões selecionadas a *priori* nesta pesquisa serão analisadas à luz das categorias do materialismo histórico-dialético: trabalho, totalidade e contradição. Compreende-se que, ao articular os indicadores educacionais a essas categorias analíticas, torna-se possível apreender o objeto de estudo em sua complexidade, entendendo-o como parte de uma totalidade social historicamente construída, permeada por relações de trabalho, tensões e contradições próprias da sociedade capitalista. Tal abordagem possibilita uma leitura crítica dos dados, superando análises fragmentadas e permitindo compreender como os indicadores da profissão docente se relacionam com a qualidade do ensino no contexto social mais amplo.

No quadro a seguir, apresentam-se os indicadores atrelados ao professor, especificamente os que são utilizados nesse estudo, como o nome e seu objetivo conforme as notas técnicas disponibilizadas no *site* do INEP.

Quadro 5 - Indicadores educacionais da profissão docente, objetivos de análise e notas técnicas

Nome do indicador	**Objetivos do indicador**	**Normas técnicas**
Adequação da formação docente	Classificar os docentes segundo sua formação e disciplina que leciona	NOTA TÉCNICA Nº 020/2014

Esforço docente	Sintetizar aspectos do trabalho do professor que contribuem para a sobrecarga no exercício da profissão	NOTA TÉCNICA Nº 039/2014
Percentual de docentes com curso superior	Avaliar o nível de formação acadêmica dos professores da rede de ensino,	Sem nota técnica
Regularidade do corpo docente	Analisar se a rotatividade de professores nas escolas pode afetar o estabelecimento de vínculos entre a escola e alunos	Nota Técnica CGCQTI/DEED/INEP nº 11/2015
Remuneração média dos docentes	Calcular a remuneração mensal bruta dos docentes em exercício em sala de aula	NOTA TÉCNICA Nº 10/2020/CGCQTI/DEED

Fonte: Elaborado pela própria autora com base nos dados da pesquisa.

4.2.1 Adequação da formação docente

A qualidade do ensino nas instituições escolares está diretamente ligada a diversos fatores que compõem o contexto educativo, tanto internos quanto externos à escola. No entanto, destaca-se que o papel do professor é um dos elementos centrais nesse processo.

Analisar a dimensão docente, considerando a qualidade do ensino, foco deste estudo, é essencial para compreender a complexidade e a importância do papel do professor na sociedade, visto que é ele quem contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e preparados para o futuro. Nesse sentido, a formação docente tem um impacto direto e significativo na qualidade do ensino, sendo ela o pilar fundamental para a construção de um sistema educacional de qualidade.

Sendo assim, analisar a formação docente enquanto indicador educacional é fundamental para garantir a qualidade e a efetividade do ensino. Nóvoa (2019) traz em suas discussões que a qualidade do ensino está diretamente relacionada ao desenvolvimento profissional docente; desse modo, entendemos que o profissional, atuando, efetivamente, dentro de sua área de formação, impacta diretamente o aprendizado do aluno garantindo assim um ensino que seja realmente de qualidade.

Souza (2008) afirma que, dentre as variáveis presentes no contexto educativo, sejam elas internas ou condicionantes externos, o realce é dado às questões docentes, como a formação, o salário, e às condições de trabalho, as quais se associam ao comprometimento que é dado à escola pelo professor e à qualidade do ensino. Isso significa que esses fatores relacionados ao docente estão diretamente ligados ao quanto ele se compromete com a escola e, consequentemente, com a qualidade do ensino oferecido aos alunos.

A formação profissional dos professores bem como seus saberes construídos ao longo de suas experiências são fundamentais para o desenvolvimento de uma educação e um ensino de qualidade. Gatti (2013, p. 56) destaca a importância de formar bem os professores da Educação Básica, “com base em uma filosofia social da educação, com as perspectivas expostas, de se repensar as estruturas e dinâmicas formativas desses docentes”; com isso, a autora defende que a qualificação dos professores é um dos principais pilares para elevar o nível da educação.

O indicador de adequação da formação docente, disponibilizado pelo INEP, é organizado a partir da relação entre a formação inicial dos professores em exercício e a etapa, modalidade e área do conhecimento em que atuam. Conforme descrito na Nota Técnica nº 020/2014 do indicador, sua estrutura considera a compatibilidade entre a formação legal exigida e à docência exercida, classificando os professores em diferentes grupos, de acordo com o nível de adequação de sua formação às disciplinas e etapas em que lecionam.

Essa classificação permite identificar situações de formação adequada, formação insuficiente ou ausência de formação específica para o exercício da docência. Para fins de compreensão e análise, o presente estudo reproduz o Quadro 6, originalmente apresentado na Nota Técnica do INEP, que sistematiza os critérios de classificação dos docentes segundo a adequação da formação à área de atuação, servindo como referência para a análise dos dados do município de Humaitá no período investigado.

Quadro 6 - Categorias de adequação da formação dos docentes em relação à disciplina que lecionam

Grupo	Descrição
1	Docentes com formação superior de licenciatura na mesma disciplina que lecionam, ou bacharelado na mesma disciplina com curso de complementação pedagógica concluído.
2	Docentes com formação superior de bacharelado na disciplina correspondente, mas sem licenciatura ou complementação pedagógica.
3	Docentes com licenciatura em área diferente daquela que lecionam, ou com bacharelado nas disciplinas da base curricular comum e complementação pedagógica concluída em área diferente daquela que lecionam.
4	Docentes com outra formação superior não considerada nas categorias anteriores.
5	Docentes que não possuem curso superior completo.

Fonte: Elaborado pela autora a partir da Nota Técnica do Indicador de Adequação da Formação Docente (INEP, 2014).

A seguir, apresentam-se os dados referentes ao presente indicador no município de Humaitá-AM, extraídos da base de dados do INEP. Para fins de análise, optou-se por realizar um recorte temporal correspondente ao período de 2020 a 2024, contemplando exclusivamente o Ensino Fundamental, etapa sob responsabilidade do município, subdividida em anos iniciais e anos finais. Em cada ano analisado, os dados são apresentados de forma agregada, considerando o total da rede municipal em cada etapa de ensino. Essa organização permite observar a evolução do indicador ao longo do tempo, bem como identificar tendências relacionadas ao nível de adequação da formação dos docentes em exercício, contribuindo para a análise da relação entre os indicadores da profissão docente e a qualidade do ensino no contexto local.

Os dados apresentados nas Tabelas 1 e 2 permitem analisar a evolução do indicador de adequação da formação docente na rede municipal de ensino de Humaitá-AM, no período de 2020 a 2024, considerando o Ensino Fundamental – anos iniciais e anos finais.

Tabela 1- Percentual de docentes por grupo do indicador de adequação da formação - Ensino Fundamental Anos Iniciais

Ano	*Grupo 1*	*Grupo 2*	*Grupo 3*	*Grupo 4*	*Grupo 5*
2020	80,6	0,0	6,4	1,5	11,5
2021	52,7	0,1	32,3	3,0	11,9
2022	54,8	0,0	32,3	2,8	10,1
2023	56,8	0,1	33,2	2,8	7,1
2024	55,6	0,3	33,9	2,4	7,8

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

No que se refere aos anos iniciais do Ensino Fundamental, observa-se que, em 2020, a rede municipal apresentava um percentual elevado de docentes enquadrados no Grupo 1 (80,6%), ou seja, professores com formação superior em licenciatura adequada à etapa em que atuavam. Contudo, a partir de 2021, verifica-se uma queda significativa nesse percentual, que passa a se manter em torno de 52% a 56% até 2024. Paralelamente, nota-se um crescimento expressivo do Grupo 3, composto por docentes com licenciatura em área diferente daquela em que lecionam, que salta de 6,4% em 2020 para aproximadamente 33% nos anos subsequentes.

Esse movimento indica uma mudança na composição da formação docente nos anos iniciais, revelando que, embora a maioria dos professores possua curso superior, uma parcela considerável atua fora de sua área específica de formação. Além disso, chama a atenção à

permanência do Grupo 5 ao longo de todo o período analisado, ainda que com leve redução, evidenciando a existência de docentes sem curso superior completo, situação que contraria as diretrizes estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e pelas metas do Plano Municipal de Educação.

Tabela 2- Percentual de docentes por grupo do indicador de adequação da formação - Ensino Fundamental - Anos finais

Ano	*Grupo 1*	*Grupo 2*	*Grupo 3*	*Grupo 4*	*Grupo 5*
2020	30,7	0,0	52,7	0,0	16,6
2021	71,4	0,2	11,7	5,5	11,2
2022	74,5	0,0	9,4	5,5	10,6
2023	77,2	0,1	9,3	4,2	9,2
2024	74,3	0,3	13,1	3,8	8,5

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Em relação aos anos finais do Ensino Fundamental, os dados demonstram uma trajetória distinta. Em 2020, apenas 30,7% dos docentes estavam classificados no Grupo 1, enquanto a maioria se concentrava no Grupo 3 (52,7%), indicando elevada inadequação entre formação e área de atuação. A partir de 2021, observa-se uma melhora expressiva nesse indicador, com o percentual de docentes do Grupo 1 ultrapassando 70% e mantendo-se nesse patamar até 2024. Concomitantemente, ocorre uma redução significativa do Grupo 3, que passa a representar menos de 15% do total de docentes nos últimos anos analisados.

Essa evolução sugere avanços importantes no que se refere à adequação da formação docente nos anos finais do Ensino Fundamental, possivelmente associados a políticas de formação, reorganização do quadro docente ou contratação de profissionais com formação específica. Ainda assim, a presença contínua dos Grupos 4 e 5, mesmo que em percentuais menores, indica que persistem desafios relacionados à qualificação plena do corpo docente.

De modo geral, os dados evidenciam que a adequação da formação docente apresenta comportamentos distintos entre os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental no município de Humaitá. Enquanto nos anos finais observa-se uma tendência de melhoria ao longo do período analisado, nos anos iniciais há uma redução do percentual de docentes com formação plenamente adequada, acompanhada do aumento de docentes atuando fora de sua área de formação. Esses resultados reforçam a importância de políticas públicas voltadas à formação

inicial e continuada dos professores, bem como à valorização e à estabilidade do quadro docente, aspectos centrais para a promoção da qualidade do ensino.

Ao confrontar esses achados com a análise da qualidade do ensino aferida pelo IDEB e com as metas estabelecidas nas políticas educacionais vigentes, torna-se possível problematizar em que medida a formação docente tem sido considerada como elemento estruturante das estratégias de melhoria dos resultados educacionais no município, aspecto que será aprofundado nas análises subsequentes desta pesquisa.

Nessa perspectiva, a análise do indicador de adequação da formação docente ganha densidade teórica ao dialogar com o estudo de Lima (2021), que evidencia que a atuação de professores fora de sua área de formação não se constitui como uma exceção pontual, mas como uma prática recorrente nas redes públicas de ensino, fortemente associada a fragilidades estruturais das políticas educacionais. Segundo a autora, embora os indicadores revelem percentuais expressivos de docentes com formação superior, isso não assegura, necessariamente, a correspondência entre a formação inicial e a disciplina ministrada, o que pode comprometer a qualidade do processo de ensino-aprendizagem (LIMA, 2021).

Ao analisar o Indicador de Adequação da Formação Docente, a autora destaca que a alocação inadequada de professores decorre, em grande medida, da insuficiência de profissionais habilitados em determinadas áreas, da precarização do trabalho docente e da necessidade de suprir lacunas na organização escolar, o que reforça a compreensão de que tais resultados não podem ser atribuídos a escolhas individuais dos professores, mas a condicionantes institucionais e políticas. Assim, os dados observados no município de Humaitá, ao evidenciarem comportamentos distintos entre os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, corroboram a leitura de que a formação docente deve ser compreendida como elemento estruturante das políticas de qualidade da educação, exigindo ações articuladas de formação inicial, continuada e valorização profissional, para além do monitoramento isolado dos indicadores educacionais.

4.2. 2 Esforço docente

De acordo com a Nota Técnica do INEP, que apresenta o indicador de esforço docente, esse indicador tem como finalidade sintetizar, em uma única medida, aspectos do trabalho do professor que contribuem para a sobrecarga no exercício da profissão. Para o cálculo do indicador, considera-se, entre outros fatores, o número de turnos em que o docente atua, definido a partir do horário de início das turmas sob sua responsabilidade, o que permite dimensionar a extensão da jornada de trabalho docente.

Nesse sentido, Garofalo (2020) destaca, em seus estudos, que a longa jornada de trabalho pode comprometer significativamente a saúde dos profissionais da educação, uma vez que elevadas cargas de trabalho demandam intensos esforços emocionais e intelectuais. Tais condições têm contribuído para o aumento dos índices de adoecimento e dos pedidos de afastamento desses profissionais.

Complementarmente, Monlevade (2000) aponta que a principal motivação para a ampliação da jornada de trabalho docente, seja por meio da assunção de mais aulas ou turmas na mesma rede de ensino, seja pelo acúmulo de cargos em redes distintas, está relacionada ao baixo nível salarial, o que leva muitos professores a buscarem múltiplos vínculos empregatícios como estratégia de complementação de renda.

Ao tratar especificamente dos indicadores relacionados à profissão docente, como formação, vínculo, estabilidade e condições de trabalho, amplia-se a compreensão sobre os fatores que incidem na qualidade do ensino. Esses indicadores permitem evidenciar que o desempenho educacional não depende apenas do esforço individual do professor, mas está diretamente relacionado às condições objetivas de trabalho, às políticas de valorização docente e à organização dos sistemas de ensino.

O indicador de esforço docente, elaborado pelo INEP, tem como finalidade sintetizar, em uma única medida, aspectos do trabalho do professor que expressam a intensidade e a sobrecarga no exercício da docência. Conforme descrito na Nota Técnica nº 039/2014, trata-se de um indicador construído a partir de variáveis disponíveis no Censo Escolar da Educação Básica, que não mensuram diretamente o esforço docente, mas permitem inferi-lo por meio de um construto latente.

Para a composição do indicador, são consideradas quatro dimensões objetivas do trabalho docente: (I) o número de escolas em que o professor atua; (II) o número de turnos de trabalho; (III) o número de etapas da educação básica nas quais leciona; e (IV) o número total de alunos atendidos. Essas variáveis são tratadas de forma ordinal e combinadas por meio da Teoria de Resposta ao Item (TRI), possibilitando a classificação dos docentes em seis níveis de esforço, que variam do menor (nível 1) ao maior esforço (nível 6) conforme apresentado no quadro abaixo:

Quadro 7 - Descrição dos níveis de esforço docente

Níveis	Descrição
Nível 1	Docente que tem até 25 alunos e atua em um único turno, escola e etapa.
Nível 2	Docente que tem entre 25 e 150 alunos e atua em um único turno, escola e etapa.

Nível 3	Docente que tem entre 25 e 300 alunos e atua em um ou dois turnos em uma única escola e etapa.
Nível 4	Docente que tem entre 50 e 400 alunos e atua em dois turnos, em uma ou duas escolas e em duas etapas.
Nível 5	Docente que tem mais de 300 alunos e atua nos três turnos, em duas ou três escolas e em duas etapas ou três etapas.
Nível 6	Docente que tem mais de 400 alunos e atua nos três turnos, em duas ou três escolas e em duas etapas ou três etapas.

Fonte: Elaborado pela autora a partir da Nota Técnica do Indicador de Esforço Docente (INEP, 2014).

Os níveis de esforço docente são definidos a partir de pontos de corte estabelecidos pelo método do marcador, considerando mudanças significativas no número de alunos atendidos e na complexidade da atuação docente. Dessa forma, os níveis mais elevados (níveis 5 e 6) concentram docentes que atuam em múltiplos turnos, escolas e etapas, atendendo a um elevado número de estudantes, o que caracteriza maior intensidade e precarização das condições de trabalho docente. Na rede municipal de Humaitá, o indicador de esforço docente se apresenta conforme a tabela abaixo:

Tabela 3- Percentual de docentes por nível de esforço – Anos Iniciais

Ano	*Nível 1*	*Nível 2*	*Nível 3*	*Nível 4*	*Nível 5*	*Nível 6*
2020	27,7	14,7	34,0	21,5	1,6	0,5
2021	23,7	14,1	31,4	26,7	3,1	1,0
2022	14,3	13,4	33,9	32,6	5,4	0,4
2023	21,2	7,6	37,2	27,8	4,9	1,3
2024	13,2	6,4	41,5	34,2	4,3	0,4

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

A análise dos dados referentes ao esforço docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental no município de Humaitá, no período de 2020 a 2024, evidencia uma concentração significativa de professores nos níveis intermediários e elevados de esforço, especialmente nos níveis 3 e 4. Em 2020, por exemplo, 34,0% dos docentes encontravam-se no nível 3 e 21,5% no nível 4. Esse padrão se intensifica ao longo dos anos, alcançando, em 2024, 41,5% dos docentes no nível 3 e 34,2% no nível 4, totalizando mais de 75% dos professores atuando sob condições de esforço moderado a elevado.

Observa-se, concomitantemente, uma redução expressiva da participação de docentes nos níveis de menor esforço (níveis 1 e 2). Enquanto em 2020 esses níveis somavam 42,4% dos docentes, em 2024 esse percentual cai para apenas 19,6%, indicando uma intensificação progressiva das condições de trabalho docente ao longo do período analisado.

Esses dados evidenciam assim uma contradição estrutural: ao mesmo tempo em que se exige a melhoria da qualidade do ensino e dos indicadores educacionais, ampliam-se as condições objetivas de sobrecarga do trabalho docente. A predominância de níveis mais elevados de esforço nos anos iniciais é particularmente preocupante, considerando que essa etapa constitui a base do processo de alfabetização e das aprendizagens fundamentais, o que reforça a centralidade das condições de trabalho do professor na produção dos resultados educacionais.

Nos anos finais do Ensino Fundamental, o cenário revela uma intensificação ainda maior do esforço docente, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tabela 4- Percentual de docentes por nível de esforço – Anos Finais

Ano	*Nível 1*	*Nível 2*	*Nível 3*	*Nível 4*	*Nível 5*	*Nível 6*
2020	17,9	24,2	27,4	25,8	4,2	0,5
2021	11,9	19,5	33,0	31,9	3,2	0,5
2022	5,2	18,0	30,5	39,9	4,3	2,1
2023	3,7	17,9	33,9	38,5	4,6	1,4
2024	5,0	14,6	37,7	36,8	4,2	1,7

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

De acordo com dados apresentados em 2020, os níveis 3 e 4 já concentravam 53,2% dos docentes, percentual que se amplia progressivamente ao longo do período analisado. Em 2024, observa-se que 37,7% dos professores estavam classificados no nível 3 e 36,8% no nível 4, totalizando 74,5% dos docentes submetidos a condições de esforço elevado.

Destaca-se, ainda, a presença contínua de docentes nos níveis 5 e 6 — considerados os níveis mais críticos de esforço. Em 2024, esses níveis somavam 5,9% dos professores, indicando a existência de profissionais que atuavam em múltiplos turnos, escolas e etapas, atendendo a um número excessivo de estudantes.

Essa configuração reforça a compreensão de que, nos anos finais, a organização do trabalho docente tende a ser mais fragmentada e intensificada, o que se expressa no aumento do esforço exigido dos professores. Sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, tal realidade deve ser compreendida como resultado de condições históricas e estruturais da política educacional, marcadas pela insuficiência de profissionais efetivos, pela necessidade de complementação de carga horária e pela lógica de racionalização do trabalho docente.

Ao confrontar esses dados com os objetivos desta pesquisa, evidencia-se que os elevados níveis de esforço docente constituem um elemento central para a compreensão da

qualidade do ensino no município de Humaitá. A sobrecarga de trabalho não se apresenta como resultado de escolhas individuais dos professores, mas como expressão de contradições estruturais do sistema educacional, que impactam diretamente o processo de ensino-aprendizagem e os resultados educacionais aferidos por indicadores como o IDEB.

A configuração evidenciada pelos dados do município de Humaitá encontra respaldo nas análises desenvolvidas por Viegas (2022), ao demonstrar que a intensificação e a sobrecarga do trabalho docente constituem fenômenos estruturais do trabalho na educação básica, vinculados à forma como o trabalho é organizado e às exigências crescentes impostas aos professores. Segundo o autor, a intensificação do trabalho docente manifesta-se na ampliação das tarefas a serem realizadas no mesmo tempo de trabalho, na fragmentação das jornadas e na necessidade de atuação em múltiplos contextos institucionais, o que resulta em maior dispêndio de energia física, cognitiva e emocional.

Viegas (2022) destaca ainda que as transformações recentes nas políticas educacionais estão marcadas pelo gerencialismo, entendido como a lógica de administração escolar e das políticas públicas, a qual prioriza eficiência, metas e indicadores de desempenho, transferindo para o docente a responsabilidade pelo alcance dos resultados. Esse contexto implica a ampliação das responsabilidades docentes e a centralidade destes nos resultados educacionais, ou seja, a exigência de que o trabalho do professor seja medido principalmente pelos índices de desempenho dos alunos, como o IDEB.

À luz do materialismo histórico-dialético, observa-se que o esforço docente elevado constitui uma expressão das contradições estruturais do sistema educacional, incidindo diretamente sobre a qualidade do ensino e sobre os resultados aferidos por indicadores padronizados.

4.2.3 Percentual de docentes com curso superior

O indicador percentual de docentes com curso superior tem como finalidade avaliar o grau de qualificação do corpo docente da rede de ensino, permitindo verificar o atendimento às exigências legais e subsidiar o planejamento de ações voltadas à formação e à valorização dos profissionais da educação. Trata-se de um indicador relevante, na medida em que a formação inicial constitui um dos pilares para o exercício da docência e para a efetivação de práticas pedagógicas qualificadas.

Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – estabelece, em seu artigo 62, que:

> a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do

> magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, oferecida em nível médio, na modalidade normal. (BRASIL, 1996).

A normatização legal evidencia a centralidade da formação em nível superior como requisito para o fortalecimento da qualidade da educação básica, ainda que reconheça, em caráter excepcional, a formação em nível médio para determinadas etapas. Corroborando essa perspectiva, Louzano *et al.* (2010) destacam a formação docente como um dos elementos essenciais para a qualidade da educação básica, uma vez que ela impacta diretamente o planejamento pedagógico, a mediação do conhecimento e os processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos em sala de aula.

Assim, ao analisar o percentual de docentes com curso superior no município de Humaitá-AM, este indicador permite compreender não apenas o grau de conformidade da rede municipal com a legislação educacional vigente, mas também as condições estruturais relacionadas ao trabalho docente que podem incidir sobre os resultados educacionais, especialmente aqueles aferidos pelo IDEB.

Apresenta-se, a seguir, a tabela que sistematiza o quantitativo e o percentual de docentes com curso superior na rede municipal de ensino de Humaitá, no período analisado.

Tabela 5 - Percentual de Funções Docentes com Curso Superior – Ensino Fundamental: Anos Iniciais e Anos Finais

	Anos iniciais	*Anos finais*
2020	88,1	84,2
2021	89,7	90,0
2022	89,6	90,9
2023	88,8	94,3
2024	89,8	92,1

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

A análise do percentual de docentes com curso superior na rede municipal de Humaitá-AM evidencia avanços importantes no que se refere à qualificação formal do corpo docente no período de 2020 a 2024, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais do Ensino Fundamental. Conforme os dados apresentados na Tabela 5, observa-se que, nos anos iniciais, o percentual de docentes com formação superior manteve-se relativamente estável, variando entre 88,1% em 2020 e 89,8% em 2024. Já, nos anos finais, os dados indicam uma evolução mais expressiva, passando de 84,2% em 2020 para 92,1% em 2024, com destaque para o

crescimento contínuo observado a partir de 2021, quando o percentual ultrapassa a marca de 90%.

Esses resultados demonstram que o município tem se aproximado das exigências estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que define a formação em nível superior como referência para o exercício da docência na educação básica. Ainda que a legislação admita a formação em nível médio para determinadas etapas, os dados revelam que a rede municipal de Humaitá caminha para a consolidação de um quadro docente majoritariamente formado em nível superior, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental, etapa que historicamente apresenta maiores exigências quanto à formação específica por área de conhecimento.

Sob a perspectiva da qualidade do ensino, conforme argumentam Louzano et al. (2010), a formação inicial constitui um elemento central para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais consistentes, frutos da capacidade de o docente planejar aulas de forma estruturada, selecionar estratégias didáticas adequadas aos objetivos de aprendizagem, realizar o acompanhamento sistemático e avaliativo do progresso dos estudantes, bem como mediar o conhecimento de maneira eficaz. Nesse sentido, o elevado percentual de docentes com curso superior pode ser compreendido como uma condição estrutural favorável à melhoria da qualidade do ensino, contribuindo para processos de ensino e aprendizagem mais articulados e significativos.

Assim, o elevado percentual de docentes com curso superior configura-se como um indicador objetivo das condições formais de qualificação do corpo docente da rede municipal de Humaitá, permitindo observar o grau de atendimento às exigências legais e às metas das políticas educacionais vigentes.

A partir da análise dos dados, é possível afirmar que o indicador referente ao percentual de docentes com curso superior apresenta um comportamento positivo no município de Humaitá-AM ao longo do período analisado. Observa-se uma tendência de crescimento e estabilização em patamares elevados, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais do Ensino Fundamental, o que sinaliza avanços importantes no que se refere à qualificação formal do corpo docente da rede municipal.

Embora o INEP não disponibilize nota técnica específica para esse indicador, os percentuais observados permitem inferir que o município tem avançado no atendimento às exigências estabelecidas pela legislação educacional vigente, especialmente pela LDB 9.394/1996, que define a formação em nível superior como referência para o exercício da docência na educação básica.

Nesse sentido, do ponto de vista desta pesquisa, que se propõe à análise de dados educacionais, o indicador pode ser considerado satisfatório e coerente com os parâmetros legais e normativos, apontando uma condição estrutural favorável à promoção da qualidade do ensino. Reconhece-se que a qualidade da educação envolve múltiplas dimensões que vão além da formação formal dos professores; contudo, tais aspectos não são objeto de aprofundamento neste estudo.

Ainda assim, o elevado percentual de docentes com curso superior indica um potencial de fortalecimento das práticas pedagógicas, como o planejamento estruturado das aulas, a mediação adequada do conhecimento e o acompanhamento sistemático e avaliativo do desempenho dos estudantes, ações que contribuem para a melhoria do ensino. Ressalta-se, entretanto, que outros fatores, como a sobrecarga docente e condições materiais insuficientes, podem limitar o impacto desse avanço na formação sobre a qualidade geral do ensino, indicando que o progresso observado em um indicador não reflete, por si só, a totalidade das condições educacionais do município.

4.2.4 Regularidade do corpo docente

O indicador de regularidade do corpo docente constitui um importante instrumento de análise das condições de trabalho e da organização do ensino nas redes públicas, ao permitir a observação da permanência ou rotatividade dos professores nas escolas ao longo do tempo. Esse indicador possibilita compreender em que medida a estabilidade docente contribui para a consolidação de projetos pedagógicos, para a continuidade das práticas educativas e para o fortalecimento dos vínculos entre professores, estudantes e a comunidade escolar.

A elevada rotatividade de docentes pode comprometer o estabelecimento de relações pedagógicas duradouras, dificultando o acompanhamento sistemático dos processos de ensino e aprendizagem e a construção de vínculos afetivos e profissionais no espaço escolar. De acordo com Saraiva (2023 p.15), “As mudanças frequentes, ou seja, as altas taxas de rotatividade e a falta de professores podem produzir problemas organizacionais como a dificuldade de se consolidar um trabalho em equipe entre os docentes”; além disso, a instabilidade do corpo docente tende a impactar negativamente a organização do trabalho pedagógico, a implementação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e a articulação coletiva entre os profissionais da educação, elementos fundamentais para a promoção da qualidade do ensino.

Nesse sentido, ao analisar o indicador de regularidade do corpo docente, esta pesquisa busca compreender como está a rotatividade de professores nas escolas do município de

Humaitá-AM em relação à qualidade do ensino, especialmente no que se refere à continuidade do processo educativo e aos resultados de rendimento escolar aferidos pelo IDEB. Tal análise permite evidenciar que a valorização e a permanência dos docentes nas unidades escolares constituem fatores estruturantes para o fortalecimento da educação pública e para a garantia do direito à educação de qualidade.

O indicador de Regularidade do Corpo Docente, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tem como objetivo mensurar a permanência dos professores nas mesmas unidades escolares ao longo do tempo, considerando a estabilidade do corpo docente como um fator relevante para a organização do trabalho pedagógico e para a qualidade do ensino.

Conforme a Nota Técnica do indicador, a regularidade é calculada a partir da trajetória do docente na escola, com base nos dados do Censo Escolar, e expressa por meio de categorias classificatórias: baixa, média-baixa, média-alta e alta regularidade. Essas categorias indicam, respectivamente, níveis crescentes de permanência dos professores na escola, sendo que valores mais elevados refletem maior estabilidade do corpo docente, enquanto valores mais baixos evidenciam maior rotatividade. Dessa forma, o indicador possibilita analisar as condições de continuidade do trabalho pedagógico e a capacidade das redes de ensino em garantir vínculos docentes mais estáveis (INEP, 2015).

Tabela 6- Percentual de escolas segundo faixa do Indicador de Regularidade do Docente (IRD)

Ano	*Baixa regularidade (0-|2)*	*Média-baixa (2-|3)*	*Média-alta (3-|4)*	*Alta (4-|5)*
2020	29,2	27,8	29,2	13,8
2021	21,6	37,8	25,7	14,9
2022	24,0	37,3	28,0	10,7
2023	26,0	37,0	27,4	9,6
2024	34,7	30,6	23,6	11,1

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

A análise do indicador de regularidade do corpo docente no município de Humaitá-AM, no período de 2020 a 2024, permite observar a distribuição dos professores nas diferentes faixas de regularidade definidas pelo INEP, a saber: baixa, média-baixa, média-alta e alta regularidade. Esse indicador expressa o grau de permanência dos docentes nas escolas

ao longo do tempo, sendo considerado um importante elemento para a compreensão das condições de estabilidade profissional e de continuidade do trabalho pedagógico.

No ano de 2020, os dados evidenciam uma distribuição relativamente equilibrada entre as faixas de baixa regularidade (29,2%), média-baixa regularidade (27,8%) e média-alta regularidade (29,2%), enquanto apenas 13,8% dos docentes se encontravam na faixa de alta regularidade. Esse cenário indica que, naquele ano, a maior parte do corpo docente apresentava vínculos profissionais marcados por instabilidade ou permanência limitada nas unidades escolares, o que pode comprometer a consolidação de projetos pedagógicos e o estabelecimento de vínculos duradouros com a comunidade escolar.

Em 2021, observa-se uma redução significativa do percentual de docentes na faixa de baixa regularidade, que passa para 21,6%, acompanhada de um aumento expressivo na faixa de média-baixa regularidade, que alcança 37,8%. A média-alta regularidade corresponde a 25,7%, enquanto a alta regularidade apresenta leve crescimento, atingindo 14,9%. Esses dados sugerem uma discreta melhoria na regularidade do corpo docente, embora ainda concentrada em faixas intermediárias, o que indica avanços limitados no que se refere à estabilidade profissional.

No ano de 2022, a tendência de concentração nas faixas intermediárias se mantém. A média-baixa regularidade permanece elevada, com 37,3%, seguida pela média-alta regularidade, com 28,0%. A baixa regularidade corresponde a 24,0%, enquanto a alta regularidade apresenta redução, atingindo apenas 10,7%. Esse movimento evidencia que, apesar da diminuição da baixa regularidade em relação a 2020, não houve consolidação de vínculos mais estáveis, uma vez que a proporção de docentes com alta regularidade permaneceu reduzida.

Em 2023, os dados mostram relativa estabilidade em relação ao ano anterior, com 37,0% dos docentes na faixa de média-baixa regularidade, 27,4% na média-alta regularidade e 26,0% na baixa regularidade. A alta regularidade apresenta nova queda, alcançando 9,6%, o menor percentual do período analisado. Esse dado reforça a persistência de fragilidades estruturais relacionadas à permanência docente, indicando dificuldades na fixação dos professores nas escolas da rede municipal.

No ano de 2024, observa-se um aumento expressivo da baixa regularidade, que atinge 34,7%, acompanhado de redução nas faixas de média-alta regularidade (23,6%) e média-baixa regularidade (30,6%). A alta regularidade apresenta leve recuperação, alcançando 11,1%, porém ainda permanece em patamar reduzido. Esse resultado evidencia uma elevação da

instabilidade profissional no período mais recente, indicando que parcela significativa do corpo docente apresenta vínculos frágeis ou descontinuados com as escolas.

De modo geral, a análise do indicador de regularidade do corpo docente em Humaitá-AM revela que, ao longo do período de 2020 a 2024, a maior concentração de professores se manteve nas faixas de baixa e média-baixa regularidade, enquanto a proporção de docentes com alta regularidade permaneceu consistentemente reduzida, variando entre 9,6% e 14,9%. Essa configuração indica fragilidades na consolidação da estabilidade profissional na rede municipal de ensino, o que afeta a continuidade das práticas pedagógicas e a consolidação de projetos escolares de longo prazo.

À luz dos objetivos desta pesquisa, esses dados indicam que a qualidade do ensino no município não pode ser analisada dissociada das condições objetivas de exercício da docência. A baixa regularidade do corpo docente sugere impactos potenciais sobre o desenvolvimento dos projetos pedagógicos, a construção de vínculos com os estudantes e a efetividade das políticas educacionais, inclusive aquelas voltadas à melhoria dos resultados expressos por indicadores de desempenho, como o IDEB. Assim, o confronto entre o indicador de regularidade docente e as metas das políticas educacionais vigentes evidencia a necessidade de ações estruturantes que promovam maior estabilidade profissional, elemento central para a efetivação de uma educação pública de qualidade socialmente referenciada.

Com base na análise realizada, o indicador de regularidade do corpo docente não pode ser considerado satisfatório, tampouco indicativo de consolidação de condições favoráveis à qualidade do ensino no município de Humaitá-AM. Embora em alguns anos seja possível observar pequenas oscilações e avanços pontuais nas faixas intermediárias de regularidade, os dados revelam que, ao longo de todo o período analisado (2020–2024), a maior parte dos docentes permaneceu concentrada nas categorias de baixa e média-baixa regularidade, enquanto a proporção de professores com alta regularidade se manteve sistematicamente reduzida.

Nesse sentido, ainda que outros indicadores docentes apresentem avanços (como o aumento do percentual de professores com curso superior e melhorias em aspectos da formação), a regularidade do corpo docente funciona como um elemento de tensão no interior da política educacional municipal. A permanência limitada dos professores nas escolas evidencia fragilidades estruturais relacionadas à estabilidade profissional, à organização dos vínculos de trabalho e à continuidade das práticas pedagógicas, aspectos centrais para a efetivação de um ensino de qualidade.

Assim, pode-se afirmar que, do ponto de vista da regularidade docente, o município ainda não caminha de forma consistente para a consolidação de condições estruturantes da qualidade do ensino. O indicador revela a necessidade de aprofundamento das políticas voltadas à fixação dos docentes, à redução da rotatividade e à garantia de vínculos mais estáveis, uma vez que a melhoria da qualidade educacional não depende apenas da qualificação formal dos professores, mas também da permanência e continuidade do trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas.

4.2.5 Remuneração média dos docentes

O indicador de remuneração docente constitui uma dimensão central para a análise das condições objetivas de trabalho dos professores. Cordeiro e Gouveia (2022 p. 94) argumentam que "Formação inicial e continuada, remuneração e carreira são elementos basilares e concretos para as condições de valorização". Nesse sentido, tal indicador expressa o reconhecimento material atribuído à docência e se relaciona diretamente com a valorização profissional no âmbito das políticas educacionais. É importante considerar também que a remuneração docente não pode ser compreendida de forma isolada, mas como parte de um conjunto de fatores estruturais que influenciam o trabalho pedagógico, bem como os indicadores apresentados nos itens acima, a saber, formação docente, curso superior, esforço e regularidade.

A remuneração, por sua vez, permanece como um dos principais fatores de desvalorização da profissão. Saviani (2019, p. 112) reforça que "a valorização docente não se limita ao discurso, mas deve se concretizar em políticas salariais consistentes e em condições de trabalho adequadas". Essa constatação revela a contradição entre as metas educacionais e a efetiva valorização da carreira; nesse sentido, é importante promover essa valorização uma vez que remunerações insuficientes tendem a intensificar a necessidade de múltiplos vínculos, ampliar a sobrecarga de trabalho e contribuir para a rotatividade docente, aspectos que impactam negativamente a continuidade do processo educativo e a qualidade do ensino oferecido aos estudantes.

Na perspectiva desta pesquisa, a análise do indicador de remuneração docente no município de Humaitá-AM possibilita compreender as relações existentes entre valorização profissional, permanência dos professores nas escolas e os resultados de rendimento escolar aferidos pelo IDEB.

De acordo com a Nota Técnica do INEP, o cálculo da remuneração considera os vínculos formais registrados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), abrangendo

apenas docentes com carga horária definida e vínculo ativo no período de referência, sendo excluídos valores eventuais e benefícios não permanentes.

A remuneração média é obtida a partir da soma dos rendimentos brutos mensais dos docentes elegíveis, dividida pelo número total de professores considerados na base de dados, permitindo comparações entre redes de ensino, etapas e ao longo do tempo. Tal metodologia busca garantir maior padronização e comparabilidade dos dados, ainda que apresente limites, especialmente em contextos marcados por vínculos temporários, múltiplos contratos e jornadas fragmentadas, características recorrentes nas redes públicas de ensino da região amazônica.

Ressalta-se que, para o município de Humaitá, o INEP disponibiliza dados referentes ao indicador de remuneração docente apenas para os anos de 2020 e 2021, razão pela qual a análise deste indicador se restringe a esse recorte temporal. Tal limitação não decorre de escolha metodológica da pesquisa, mas da própria disponibilidade dos dados oficiais, o que evidencia, inclusive, desafios relacionados à transparência e à atualização sistemática das informações educacionais. Nas tabelas a seguir, apresentam-se os dados referentes a esse indicador:

Tabela 7 - Remuneração bruta, carga horária média e remuneração média dos docentes em 2020.

	Número de docentes *Censo Escolar*	*% de docentes localizados na RAIS*	*Carga horária média semanal*	*Remuneração média padronizada para 40h semanais em R$*
Com superior	369	100,0	26,1	4.383,76
Sem superior	62	100,0	24,8	2.997,35

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Tabela 8 - Remuneração bruta, carga horária média e remuneração média dos docentes em 2021.

	Número de docentes *Censo Escolar*	*% de docentes localizados na RAIS*	*Carga horária média semanal*	*Remuneração média padronizada para 40h semanais em R$*
Com superior	374	100,0	24,5	4.995,12
Sem superior	46	97,8	21,7	3.120,87

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

A análise das tabelas referentes à remuneração docente em Humaitá indica que, nos anos de 2020 e 2021, os valores médios pagos aos professores da rede municipal situam-se em patamares que refletem o contexto de financiamento e organização da rede. Ainda que os dados apontem variações entre etapas de ensino, observa-se que a remuneração média permanece limitada quando considerada em relação às responsabilidades pedagógicas atribuídas aos docentes e às condições de trabalho enfrentadas no contexto amazônico.

Do ponto de vista analítico, os níveis de remuneração docente, observados nas tabelas acima, contrastam com o que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que define a valorização dos profissionais da educação como um princípio fundamental, bem como com a Lei do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério (Lei nº 11.738/2008), que regulamenta um patamar mínimo de remuneração para a categoria. Isso porque, embora tais dispositivos legais assegurem a valorização docente no plano normativo, os dados evidenciam que, na prática, essa valorização não se concretiza de forma plena no contexto analisado. Nesse sentido, observa-se que a efetivação dessas políticas ocorre de maneira desigual, sendo condicionada por fatores estruturais, como a capacidade financeira dos municípios e a dependência de transferências intergovernamentais, o que limita a garantia de condições salariais mais adequadas aos docentes.

Autores como Louzano et al. (2010) e Gatti et al. (2019) apontam que a remuneração docente constitui dimensão central na qualidade do ensino, não apenas por seu impacto direto na atratividade e permanência do trabalhador na carreira, mas por integrar o conjunto de condições objetivas que conformam o trabalho docente. Assim, mesmo sem investigar empiricamente o cotidiano escolar, os dados de remuneração permitem evidenciar limites estruturais que incidem sobre a profissão docente e, consequentemente, sobre os resultados educacionais.

Ao analisar a remuneração docente compreendida como expressão das relações sociais de trabalho historicamente constituídas, isso nos leva a perceber contradições entre o discurso normativo de valorização do magistério e as condições materiais efetivamente oferecidas aos professores da rede municipal ao confrontar os dispositivos legais que preveem a valorização profissional com os dados objetivos de remuneração disponibilizados pelo INEP. Embora a legislação educacional estabeleça a valorização do magistério como princípio estruturante da qualidade do ensino, os dados analisados para o município de Humaitá indicam que a remuneração média docente, nos anos de 2020 e 2021, permanece em patamares limitados frente às exigências de qualificação, às responsabilidades pedagógicas atribuídas aos professores e às metas educacionais estabelecidas.

A remuneração, enquanto categoria objetiva, articula-se à totalidade das políticas educacionais e às condições socioeconômicas do município, evidenciando que a qualidade do ensino não pode ser dissociada das bases materiais que sustentam o trabalho docente. Nesse sentido, os resultados do indicador de remuneração docente reforçam a compreensão de que os indicadores educacionais não são meros dados técnicos, mas expressões concretas de processos históricos, políticos e sociais que atravessam a educação pública, especialmente em territórios marcados por desigualdades estruturais como o amazônico.

Dessa forma, a análise do indicador de remuneração docente no município de Humaitá, ainda que limitada ao período de 2020 e 2021, contribui para o alcance dos objetivos desta pesquisa ao evidenciar como as condições salariais dos professores se inserem no debate sobre a qualidade do ensino.

4.3 O IDEB e a qualidade do ensino em Humaitá-AM (2020–2024)

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) consolidou-se, desde sua criação em 2007, como um dos principais indicadores utilizados pelo Estado brasileiro para o monitoramento da qualidade da educação básica. Concebido a partir da combinação entre o desempenho dos estudantes em avaliações padronizadas e os dados de rendimento escolar, o IDEB passou a orientar metas, diagnósticos e políticas educacionais em âmbito nacional, estadual e municipal, assumindo centralidade no debate sobre qualidade do ensino (Fernandes, 2007; Freitas, 2012).

No plano das políticas educacionais, o IDEB tem sido utilizado como instrumento de regulação e indução de ações voltadas à melhoria dos resultados escolares, ao mesmo tempo em que expressa limites importantes quando tomado de forma isolada como sinônimo de qualidade educacional. Alguns autores, como Freitas (2013) e Saviani (2014), ressaltam que o índice, ao privilegiar resultados quantitativos, tende a desconsiderar as condições objetivas de funcionamento das escolas, as desigualdades socioeconômicas e as condições de trabalho docente que atravessam o processo educativo. Ainda assim, reconhece-se que o IDEB constitui uma referência importante para a análise do rendimento escolar, desde que articulado a outros indicadores e contextualizado à realidade dos sistemas de ensino.

No caso desta pesquisa, a utilização dos dados do IDEB referentes aos anos de 2019, 2021 e 2023 justifica-se pela própria periodicidade do indicador, que é bienal, bem como pela necessidade de compreender a evolução do rendimento educacional do município de Humaitá-AM em um período recente e significativo. A inclusão do IDEB 2019 mostra-se pertinente, uma vez que esse resultado antecede o recorte temporal principal da pesquisa

(2020–2024) e permite estabelecer um ponto de partida para a análise das variações ocorridas nos ciclos subsequentes, especialmente no contexto das transformações educacionais e das políticas implementadas no município. Dessa forma, o IDEB 2019 cumpre a função analítica de referência histórica, possibilitando a comparação longitudinal dos resultados e o exame de tendências ao longo do tempo.

A Tabela 10 apresenta os resultados do IDEB do município de Humaitá-AM para os anos de 2019, 2021 e 2023. Cabe esclarecer que, conforme Nota Informativa publicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2023, excepcionalmente, a edição do IDEB 2023 não possui metas projetadas. Tal decisão resulta da necessidade de revisão do sistema de metas, considerando as transformações ocorridas no contexto educacional brasileiro nos últimos anos. No entanto, é importante destacar que o cálculo do IDEB 2023 segue a mesma metodologia proposta em 2007, utilizada de forma inalterada ao longo das edições anteriores, com o objetivo de garantir a comparabilidade histórica do indicador.

Dessa forma, a análise do IDEB em Humaitá-AM, articulada aos indicadores da profissão docente examinados ao longo deste capítulo, possibilita compreender a qualidade do ensino como um fenômeno historicamente determinado, produzido a partir das condições concretas de trabalho e das políticas educacionais vigentes. Essa abordagem permite superar uma leitura meramente descritiva dos resultados, situando-os no interior das contradições estruturais que marcam a educação pública municipal de Humaitá.

Os dados apresentados nas Tabelas 9 e 10 permitem analisar a evolução do Índice de IDEB do município de Humaitá-AM nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, no período de 2019 a 2023, possibilitando sua articulação com os indicadores da profissão docente examinados anteriormente e com as diretrizes das políticas educacionais expressas no Plano Municipal de Educação (PME). Conforme assinala Freitas (2012), os indicadores educacionais cumprem papel relevante no monitoramento das políticas públicas, porém não podem ser analisados de forma isolada, devendo ser compreendidos à luz das condições históricas, sociais e institucionais em que são produzidos.

A seguir, apresentam-se as tabelas que sistematizam os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do município de Humaitá-AM, referentes aos anos de 2019, 2021 e 2023, dos anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental.

Tabela 9 - Ideb anos Iniciais do Ensino Fundamental (2019-2023).

	IDEB (N x P)	*Metas do 1º ciclo*
2019	4,3	4,7
2021	4,7	5,0
2023	5,4	--

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

No que se refere aos anos iniciais do Ensino Fundamental, observa-se uma trajetória de crescimento contínuo do IDEB, que passa de 4,3 em 2019 para 4,7 em 2021, alcançando 5,4 em 2023. Esse avanço indica uma melhoria progressiva no rendimento escolar ao longo do período analisado, ainda que, nos anos de 2019 e 2021, o município não tenha atingido as metas projetadas para o primeiro ciclo. Em 2023, embora não haja meta estipulada, o resultado alcançado supera os índices anteriores, sugerindo um movimento positivo no desempenho educacional. De acordo com Oliveira (2011), resultados dessa natureza costumam refletir não apenas mudanças pedagógicas, mas também estratégias de gestão e políticas de indução do desempenho, especialmente nos anos iniciais, etapa historicamente priorizada pelas políticas de alfabetização.

Esses dados do IDEB nos anos iniciais podem ser analisados em articulação com os indicadores docentes. Observa-se que, apesar da redução do percentual de docentes com formação plenamente adequada (Grupo 1) a partir de 2021, a rede mantém elevado percentual de professores com curso superior, o que constitui uma condição estrutural relevante para o desenvolvimento das práticas pedagógicas. Os dados relativos ao indicador de esforço docente revelam a predominância dos níveis 3 e 4, indicando intensificação do trabalho, com atuação em múltiplas turmas, turnos e escolas. Essa intensificação, conforme argumenta Paro (2015), expressa uma contradição central das políticas educacionais contemporâneas: a elevação das exigências por resultados coexistindo com condições objetivas de trabalho que tendem à sobrecarga e à precarização do exercício docente.

Sob essa perspectiva, o crescimento do IDEB nos anos iniciais não pode ser compreendido como resultado exclusivo da melhoria das condições de trabalho, mas como expressão de uma totalidade mais ampla, que envolve políticas de alfabetização, reorganização do trabalho pedagógico e esforços institucionais, ainda que sustentados por condições objetivas marcadas por limites estruturais.

Tabela 10 - Ideb anos Finais do Ensino Fundamental (2019-2023).

	IDEB (N x P)	*Metas do 1º ciclo*
2019	3,7	4,1
2021	3,9	4,4
2023	4,6	--

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Nos anos finais do Ensino Fundamental, a trajetória do IDEB também apresenta crescimento gradual, passando de 3,7 em 2019 para 3,9 em 2021 e atingindo 4,6 em 2023. Embora os índices permaneçam abaixo das metas projetadas nos dois primeiros anos analisados, observa-se uma evolução consistente ao longo do período, especialmente no resultado de 2023, que representa o maior valor da série apresentada.

Esse avanço dialoga com os dados dos indicadores de adequação da formação docente, que demonstram uma melhora significativa nos anos finais a partir de 2021, com aumento expressivo do percentual de docentes no Grupo 1. Tal movimento sugere maior alinhamento entre formação e área de atuação, condição que pode contribuir para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem. No entanto, esse avanço ocorre simultaneamente à elevação dos níveis de esforço docente, com predominância dos níveis 3 e 4 e presença contínua de docentes nos níveis mais elevados de esforço, indicando intensificação e fragmentação do trabalho docente.

Ao articular os resultados do IDEB com os indicadores docentes, evidencia-se que os avanços observados nos resultados educacionais convivem com contradições estruturais. De um lado, há progressos no desempenho escolar e no nível de formação formal dos docentes; de outro, persistem fragilidades relacionadas à sobrecarga de trabalho, à instabilidade do corpo docente e à limitação da valorização material, expressa pelos dados de remuneração disponíveis.

Ao relacionar os resultados do IDEB com as diretrizes do Plano Municipal de Educação de Humaitá, observa-se que o crescimento dos índices dialoga com metas voltadas à melhoria da aprendizagem, à ampliação da formação docente e à valorização do magistério. Contudo, como assinala Dourado (2016), a efetividade dos planos educacionais depende da capacidade de articulação entre metas, financiamento, condições de trabalho e continuidade das políticas, elementos que nem sempre se materializam de forma equilibrada nos territórios.

Dessa forma, os dados analisados revelam limites e possibilidades das políticas educacionais implementadas no município. Os avanços observados no IDEB indicam potencialidades associadas às políticas de alfabetização, formação e acompanhamento pedagógico; por outro lado, os indicadores da profissão docente evidenciam contradições entre o discurso normativo de valorização do magistério e as condições materiais concretas em que o trabalho docente se realiza.

Conforme demonstrado, as análises realizadas dos dados da pesquisa nos levam à compreensão de que a leitura dos indicadores educacionais exige uma abordagem crítica que considere a totalidade das relações sociais que produzem os resultados escolares. Assim, a análise do IDEB em Humaitá-AM, articulada à análise dos indicadores docentes, reforça a compreensão de que a qualidade do ensino é uma construção histórica, social e institucional, marcada por tensões, avanços parciais e limites estruturais, elementos centrais para a interpretação dos dados no âmbito desta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar os indicadores educacionais relacionados à profissão docente no município de Humaitá-AM, no período de 2020 a 2024, bem como o rendimento escolar aferido pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), buscando descrever e interpretar características e tendências que permitam compreender aspectos da qualidade do ensino no contexto local.

Fundamentada em uma abordagem qualitativa, de natureza descritivo-analítica, a investigação utilizou dados oficiais disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com o intuito de interpretar, à luz do contexto educacional do município, as condições da profissão docente e seus desdobramentos no rendimento escolar, evidenciados pelos dados analisados.

À luz do materialismo histórico-dialético, os dados analisados foram compreendidos como expressão de uma totalidade social historicamente constituída, marcada por contradições estruturais que atravessam o trabalho docente e a organização dos sistemas educacionais. Conforme destacam Saviani (2007) e Oliveira (2011), a educação pública não pode ser analisada de forma isolada das condições sociais, econômicas e políticas que a produzem. Nesse sentido, os indicadores educacionais aqui examinados não foram tratados como meras variáveis técnicas, mas como manifestações objetivas das condições materiais de trabalho e das políticas públicas que incidem sobre a docência.

A análise do indicador de adequação da formação docente revelou avanços importantes no que se refere à ampliação do número de professores com formação compatível com a etapa de ensino em que atuam, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Esse resultado dialoga com as metas do PME de Humaitá e com as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE), particularmente aquelas voltadas à formação inicial e continuada dos profissionais da educação. No entanto, conforme problematiza Gatti (2010), a elevação dos níveis formais de escolarização docente, embora necessária, não pode ser tomada isoladamente como garantia de melhoria da qualidade do ensino, sobretudo quando não acompanhada por condições adequadas de trabalho e valorização profissional.

No que se refere ao indicador de regularidade do corpo docente, os dados evidenciaram uma predominância de níveis classificados entre média-alta e alta regularidade ao longo do período analisado. Esse resultado sugere relativa estabilidade dos professores nas escolas da rede municipal, aspecto que, segundo a literatura, tende a contribuir para a continuidade dos projetos pedagógicos e para o fortalecimento dos vínculos institucionais. Todavia, conforme assinala Paro (2015), a permanência do docente na escola não pode ser

interpretada de maneira descontextualizada, uma vez que a estabilidade formal pode coexistir com condições precárias de trabalho, intensificação das tarefas e ausência de políticas efetivas de valorização.

A análise do indicador de esforço docente evidenciou a presença significativa de professores inseridos em níveis elevados de esforço, caracterizados pela atuação em múltiplas turmas, turnos e escolas. Tal configuração expressa uma contradição central da política educacional contemporânea: ao mesmo tempo em que se exigem melhorias nos resultados educacionais, ampliam-se as exigências sobre o trabalho docente sem a correspondente ampliação das condições materiais e institucionais. Conforme argumenta Oliveira (2011), a intensificação do trabalho docente constitui uma das marcas do reordenamento das políticas educacionais sob a lógica gerencial, caracterizada pela ênfase no cumprimento de metas, na mensuração de resultados e na busca por maior eficiência do sistema educacional, repercutindo diretamente sobre a qualidade do ensino.

No indicador referente à quantidade de docentes com curso superior, os dados apontaram crescimento consistente ao longo do período analisado, evidenciando o atendimento às exigências legais previstas na LDB (Lei nº 9.394/1996) e às metas do PNE e do PME. Esse avanço reforça o compromisso normativo com a profissionalização do magistério. Entretanto, conforme adverte Dourado (2016), o cumprimento formal das metas legais não assegura, por si só, a superação das desigualdades estruturais que incidem sobre a educação, sobretudo quando o financiamento, a carreira e a remuneração docente permanecem limitados.

A análise do indicador de remuneração docente, ainda que restrita aos anos de 2020 e 2021 em função da disponibilidade dos dados, evidenciou limites significativos no processo de valorização material do magistério municipal. Ao confrontar esses dados com o discurso normativo presente nas políticas educacionais, observa-se uma contradição entre a centralidade atribuída ao professor na promoção da qualidade do ensino e as condições objetivas de remuneração oferecidas. Tal contradição corrobora a análise de Freitas (2014), ao afirmar que as políticas de responsabilização tendem a deslocar para o docente a responsabilidade pelos resultados, sem garantir as condições materiais necessárias ao exercício do trabalho pedagógico.

No que se refere ao IDEB, os dados referentes aos anos de 2019, 2021 e 2023 indicaram uma trajetória de crescimento nos resultados do município de Humaitá, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais do Ensino Fundamental. Esses avanços dialogam com as metas estabelecidas nas políticas educacionais e sinalizam efeitos positivos das ações

implementadas no período analisado. Contudo, conforme alertam Freitas (2012; 2018) e Saviani (2014), a elevação dos índices não pode ser interpretada de forma linear ou descontextualizada, sob o risco de naturalizar processos de responsabilização e obscurecer as desigualdades estruturais que atravessam a educação pública.

Nesse sentido, a articulação entre os indicadores docentes e os resultados do IDEB evidencia que os avanços observados convivem com limites estruturais persistentes. A melhoria dos índices ocorre em um contexto marcado por intensificação do trabalho docente, remuneração restrita e desafios relacionados à valorização profissional. Tal cenário reforça a compreensão de que a qualidade do ensino não se reduz aos resultados mensurados pelos indicadores, mas expressa um processo social contraditório, no qual avanços parciais coexistem com fragilidades estruturais.

Como afirma Freitas (2018, p. 82), “os resultados das avaliações passam a guiar a vida escolar. A elevação da nota da escola é estabelecida como referência de qualidade”. Essa lógica de centralidade dos resultados das avaliações externas evidencia o papel atribuído aos indicadores de desempenho nas políticas educacionais contemporâneas. Nessa perspectiva, observa-se que tais indicadores operam como parâmetros de regulação da prática escolar, ainda que não contemplem, de forma suficiente, os fatores estruturais que incidem sobre o processo educativo. Ao mesmo tempo, verifica-se o deslocamento da responsabilidade pelos resultados educacionais para o interior da escola e para o trabalho docente, sem que sejam enfrentadas, de forma estrutural, as condições sociais e institucionais que os produzem.

Dessa forma, os resultados desta pesquisa permitem concluir que os indicadores educacionais da profissão docente, analisados neste estudo, constituem instrumentos relevantes para a compreensão da qualidade do ensino no município de Humaitá-AM, desde que interpretados de maneira crítica e articulada aos resultados do IDEB e às metas das políticas educacionais. Nessa perspectiva, evidencia-se que a qualidade do ensino é resultado de múltiplas determinações históricas, sociais e institucionais, não podendo ser explicada por um único fator ou atribuída exclusivamente ao trabalho do professor.

Por fim, destaca-se que esta pesquisa contribui para o campo educacional ao sistematizar e analisar, de forma integrada, indicadores docentes em um contexto municipal amazônico, ainda pouco explorado na literatura. Ao adotar uma abordagem fundamentada no materialismo histórico-dialético, o estudo reafirma a necessidade de leituras que ultrapassem análises descritivas e tecnicistas dos dados educacionais, de modo a situá-los no interior das contradições que marcam a educação pública brasileira. Tais reflexões podem subsidiar

futuras pesquisas e o aprimoramento das políticas educacionais, especialmente aquelas voltadas à valorização do magistério e à efetiva promoção da qualidade do ensino.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P. D. FERREIRA, A. G. BARREIRA, C. M. F. Interdependência entre domínios na avaliação externa para a melhoria dos “resultados” em duas organizações escolares. **Revista Brasileira de Educação,** Coimbra, Portugal, v. 25, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/kq47vNYy3SBNRLjC3Nn3dZf/?lang=pt#. Aceso em: 14/10/24.

ALFERES, Marcia Aparecida; MAINARDES, Jefferson. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: uma revisão da literatura. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, n. 3, p. 731–752, set./dez. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ensaio/a/R8McrF5ZJpDjpDVn87gRPxR/?format=html&lang=pt. Acesso em: 22/01/26.

ALMEIDA, Luana Costa. Quando o foco passa a ser o resultado na avaliação externa em larga escala: evidências de uma rede. **Educação em Revista**, Belo horizonte, v. 36, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/XGfdRbfzYmKNKKSbFSN9dRR/?lang=pt#. Aceso em: 14/10/24.

ALVES, T. G. XAVIER, F. P. PAULA, T. S. Modelo conceitual para avaliação da infraestrutura escolar no ensino fundamental. Rev. bras. Estud. pedagogicos, Brasília, v. 100, n. 255, p. 297-330, maio/ago. 2019. . Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbeped/a/GRTm6wXG9DWt7Rxrh9ff6Qr/?lang=pt. Acesso em: 15/10/24.

ARANDA, M. A. de M.; LIMA, F. R. **O plano nacional de educação e a busca pela qualidade socialmente referenciada**. Revista Educação e Políticas em Debate – v. 3, n.2 – ago./dez. 2014 - ISSN 2238-8346.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de, AGUIAR Márcia Angela da S. (Organizadores). Qualidade Social da Educação Básica /– Camaragibe. PE: CCS Gráfica e Editora, 2016.

BENCOSTTA, M. L. A. MELO, C. N. MORAES, A. W. A. O ensino no tempo do nacional-desenvolvimentismo no pará (1957–1961): qualidade, avaliação e expansão. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 22, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbhe/a/fJQDBCmKK8yJHgd8gCwVX9F/?lang=pt#. Acesso em: 15/10/24.

BERNARDO, J. S. ABRANTES, L. A. ALMEIDA, M. F. RODRIGUES, C. T. Implicações dos repasses constitucionais na qualidade da educação municipal das regiões Norte e Nordeste do Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/wBKXwpzGVqLFdJ8yqksLbdz/?lang=pt#. Acesso em: 13/10/24.

BONAMINO, Alicia. SOUZA, Sandra Maria Zákia Lian. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**. v. 38, 2012. https://www.scielo.br/j/ep/a/rtQkYDSjky4mXG9TCrgRSqJ/. Acesso em: 02 nov. 2024.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. BRASIL.

BRASIL, Ministério da Educação. Ideb – apresentação. Portal.mec.gov,br 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb. Acesso em: 03/05/24

BRASIL. Censo escolar / QEdu, 2023. Disponível em: https://qedu.org.br/brasil/censo-escolar. Acesso em: 22/01/2024

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. In: Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Indicadores educacionais, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais. Acesso em 22/01/2024

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Nota Técnica nº 020/2014: indicador de adequação da formação do docente da educação básica. Brasília, 2014. Disponível em: http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2014/docente_formacao_legal/nota_tecnica_indicador_docente_formacao_legal.pdf. Acesso em: 13 de out. de 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Nota Técnica CGCQTI/DEED/INEP nº 11/2015: indicador de regularidade do docente da educação básica. Brasília, 2015. Disponível em: https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2014/docente_regularidade_vinculo/nota_tecnica_indicador_regularidade_2015.pdf. Acesso em: 14 de out. de 2025.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9.394/96. 1996b. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996- 362578-norma-pl.html. Acesso em 10/05/2024

BRASIL. Lei N. 13005 de 2014. Plano Nacional de Educação 2014/2024. Disponível em: Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-norma-pl.html. Acesso em 10/05/2024

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Nota Técnica nº 039/2014: indicador de esforço docente. Brasília, 2014. Disponível em: https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2014/docente_esforco/nota_tecnica_indicador_docente_esforco.pdf. Acesso em: 15 de out. de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Nota técnica: remuneração média dos docentes da educação básica. Brasília, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/dados_abertos/indicadores_educacionais/nota_tecnica_remuneracao_media_docentes_educacao_basica.pdf. Acesso em: 16 de out. de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 366, de 29 de abril de 2019**. Dispõe sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 abr. 2019.

CAED. SADEAM: Revista de Gestão Escolar, Juiz de Fora, v. 1, 2023 -Anual. Disponível em: https://prototipos.caeddigital.net. Acesso em: 25 de nov. 2024.

CHARLOT, Bernard. **Qualidade da Educação: o nascimento de um conceito ambíguo**. Educar em Revista, Curitiba, v. 37, e81286, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/wBJC4X4xMX9t4S3bcLxNJtk/?lang=pt&format=pdf#:~:text=Na%20d%C3%A9cada%20de%2080%2C%20al%C3%A9m,de%20Coopera%C3%A7%C3%A3o%20e%20Desenvolvimento%20Econ%C3%B4mico> acesso em: 05/04/2024.

CLEUBI. História de Lábrea (AM), 2024. Disponível em: https://www.cleubi.com/2024/05/historia-de-labrea-am.html. Acesso em: 10/01/2025.

COSTA, Raquel Dias. O aspecto socioeconômico e sua influência na qualidade do ensino fundamental público no Brasil. Dissertação, Rio de Janeiro, RJ, dezembro/2010. Disponível em: https://repositorio.fgv.br/items/eaf796ef-f2b2-4c93-b8b3-37fb6a5bc6bf. Acesso em: 13/01/2025.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto** / John W. Creswell; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed,2007. 248 p.

CRUZ, Verônica de Souza. Os desafios de apropriação de resultados das avaliações externas: um estudo da Coordenadoria Regional de Careiro da Várzea/Am. 2016. 173 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A qualidade da educação brasileira como direito**. Educação e Sociedade**, Campinas, v.35, nº. 129, p. 1053-1066, out.-dez., 2014. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/es/a/K76wNhbJLyq4p5MdSFhfvQM/?format=pdf. Acesso em: 15/10/24.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 245-262, jul. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/x6g8nsWJ4MSk6K58885J3jd/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 08/05/2024.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira: uma trajetória em busca de uma educação de qualidade. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 103, n. 264, p. 265-270, maio/ago. 2022. Disponível e: https://www.scielo.br/j/rbeped/a/Mr8DXpNkhyJqWgnmjYhx4Lp/?lang=pt. Acesso em: 15/10/24.

DIAS, Daniel dos Santos. Portal do Amazonas. Humaitá, 29 de novembro de 2017. Disponível em: https://portaldoamazonas.com/nossa-princesa-do-madeira-e-a-cidade-de-humaita/. Acesso em: 20/01/2025.

Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/w6QjW7pMDpzLrfRD5ZRkMWr/?format=pdf&lang=pt.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. de; SANTOS, C. de A. A qualidade da educação conceitos e definições. Textos para discussão, n. 24, p. 69-69, 2007. Disponível em: https://www2.unifap.br/gpcem/files/2011/09/A-Qualidade-na-educacao-DISCUSS%C3%83O-N%C2%BA-24.pdf e Definições. Acesso em: 13/01/2025.

DOURADO, Luiz Fernandes. JUNIOR, Geraldo Grossi. FURTADO, Roberval Angelo. Monitoramento e avaliação dos planos de educação: breves contribuições. RBPAE - v. 32, n. 2, p. 449 - 461 mai./ago. 2016. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/67198/38375. Acesso em: 12 de jan. 2026.

DOURADO, Luiz Fernandes. OLIVEIRA, João Ferreira de. **A qualidade da Educação: Perspectivas e desafios.** Campinas vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Ks9m5K5Z4Pc5Qy5HRVgssjg/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 05/04/2024.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no brasil: limites e perspectivas. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007. Acesso em: 12 de jan. 2026.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 761–778, 2013.

FLACH, Simone de Fátima. O debate em torno da qualidade da educação: interesses em disputa. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 43, n° 121, p. 9-17, set-dez, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/wCSdjxp5sLWwfFWK6TFsd7H/?lang=pt. Acesso em: 15/10/24.

FLOR, Tainá De Oliveira *et al*. **Revisões de literatura como métodos de pesquisa: aproximações e divergências**. Anais do VI CONAPESC... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/76913. Acesso feito em: 28/09/2024.

FREITAS, D. N. T. de. Ação reguladora da União e qualidade do ensino obrigatório (Brasil, 1988-2007). Dossiê: Estado e Educação no Brasil. Educ. rev., n. 31, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/BsnbzpmYk3FZSCBtv4W5X8R/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 13/01/2025.

FREITAS, L. C. de; SORDI, M. R. L. de; MALAVASI, M. M. S.; FREITAS, H. C. L. de. Avaliação educacional: caminhando pela contramão. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideais.** / Luiz Carlos de Freitas. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 160 p.

FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: **Expressão Popular**, 2018.

GATTI, B. A. Avaliação: Contexto, Histórias e Perspectivas. Olhares, Guarulhos, v. 2, 2014. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/202/76. Acesso em 21 de out. 2024.

GATTI, B. A. Estudos quantitativos em educação. Educação e Pesquisa, São Paulo, SP, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/XBpXkMkBSsbBCrCLWjzyWyB/abstract/?lang=pt. Acesso em: 20/10/24.

GATTI, B. A. Possibilidades e fundamentos de avaliações em larga escala: primórdios e perspectivas contemporâneas. IN: BAUER, A. GATTI, B.A., TAVARES, M. (org.) Ciclo de Debates: Vinte e Cinco Anos de Avaliações de Sistemas Educacionais no Brasil. São Paulo: Editora Insular/FCC, 2013.

GATTI, Bernardete Angelina. Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Editora UFPR, n. 50, p. 51-67, out./dez. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/MXXDfbw5fnMPBQFR6v8CD5x/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20/01/25.

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa/**Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

HUMAITÁ (AM). Plano Municipal de Educação (PME) 2015–2025. Humaitá: Prefeitura Municipal de Humaitá, 2015. Disponível em: <link do documento>. Acesso em: 29 dez. 2025.

HUMAITÁ (AM). Política Municipal do Programa Escola em Tempo Integral do Município de Humaitá/AM. Humaitá: Prefeitura Municipal de Humaitá, 2024.

HUMAITÁ(AM). Lei nº 984, de 17 de maio de 2024. Dispõe sobre a criação e implantação do Programa Alfabetiza Humaitá (PMAH). Humaitá: Prefeitura Municipal de Humaitá, 2024. Disponível em: <link>. Acesso em: dia mês ano.

LIMA, Marilene Cardoso Guedes de. **Análise do indicador da adequação da formação docente nas escolas estaduais do ensino médio no município de Jaboatão dos Guararapes/Pernambuco**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Estatística e Avaliação Educacional) — Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 25 mar. 2021. Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1331. Acesso em: 22 jan. 2026.

LIRA, Margarida Beatriz Amaral. Políticas Públicas Educacionais no Amazonas: Um Estudo nas especificidades regionais. **Ciências Sociais Aplicadas**, Volume 29 - Edição 140/NOV 2024. Disponível em: https://revistaft.com.br/politicas-publicas-educacionais-no-amazonas-um-estudo-das-especificidades-regionais/#:~:text=Ao%20longo%20deste%20estudo%2C%20ficou%20evidente%20que%2C,singulares%20que%20comprometem%20a%20qualidade%20do%20ensino. Aceso em: 12 de dez. 2025.

Louzano, P., Rocha, V., Moriconi, G. M., & Oliveira, R. P. (2010). Quem quer ser professor? Atratividade, seleção e formação docente no Brasil. **Estudos em Avaliação Educacional**, 21(47), 543-568. doi:10.18222/eae214720102463

MACHADO, Cristiane. **Avaliação externa e gestão escolar: Reflexões sobre os usos dos resultados.** Revista Ambiente e Educação. 5(1): 70-82, jan/jun, 2012. Disponível em: https://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_educacao/pdf/volume_5_1/educacao_01_70-82.pdf Acesso em: 05/04/2024

MACHADO, Saulo Augusto Turbiani. Escola em tempo integral e educação integral. São Paulo: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), 2023. Documento técnico. Disponível em: https://atricon.org.br/wp-content/uploads/2023/10/Escola-em-tempo-integral-e-Educacao-Integral.pdf. Acesso em: 22/01/26.

MARTINS, Edivaldo Cesar Camarotti; CALDERÓN, Adolfo-Ignacio. Eficácia escolar: boas práticas à luz de estudos do governo brasileiro e das agências multilaterais. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 19, n. 62, p. 1297-1327, jul./set. 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v19n62/1981-416X-rde-19-62-1297.pdf. Acesso em: 22/01/26.

MENEZES, J. S. S. Educação em tempo integral: direito e financiamento. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 45, p. 137-152, jul/set. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/7zp7pztYcCRC9NRs6RV8vWF/?format=html&lang=pt. Acesso em: 22/01/26.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORENO, Adriana Passos. **O Sistema Permanente de Apropriação dos resultados do SADEAM.** 2016. 160 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.

NASCIMENTO, José Almir do. MARQUES, Luciana Rosa. A efetivação do direito à educação de qualidade como ação do Ministério Público de Pernambuco. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/6zpXy7VpTwkh86qQchpZDYn/?lang=pt#. Acesso em: 13/10/24.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** – 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NÓVOA, Antônio. Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n° 3, e84910, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/DfM3JL685vPJryp4BSqyPZt/. Acesso em: 05/04/2024.

OLIVEIRA Dalila Andrade; PINI, Mônica Eva, FELDFEBER, Myriam. **Políticas educacionais e trabalho docente: perspectiva comparada**. Belo Horizonte – MG: Fino Traço, 2011.

OLIVEIRA, Ângela Maria Gonçalves de. **O Projeto de Educação em tempo integral no estado do Amazonas e o direito à educação**/ Tese de Dissertação – Campinas, SP, 2019. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/335509 Acesso em: 05/04/2024.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2011.

OLIVEIRA, G. S.; CUNHA, A. M. O.; CORDEIRO, E. M.; SAAD, N. S. Grupo Focal: uma técnica de coleta de dados numa investigação qualitativa? In: Cadernos da Fucamp, UNIFUCAMP, v.19, n.41, p.1-13, Monte Carmelo, MG, 2020. Disponivel em: https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2208. Acesso em: 20/10/24.

OLIVEIRA, Izabela Dellangelica Carvalho. **Qualidade do ensino de escolas da rede pública municipal de campinas (sp): ações da equipe de gestão escolar**/ Tese de Dissertação – Campinas, SP, 2022. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11435823. Acesso em: 13/01/2025.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAUJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação,** n.28 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/t64xS8jD8pz6yNFQNCk4n7L/abstract/?lang=pt. Acesso em: 10/01/25.

PARENTE, Cláudia da Mora Darós; HERRERO, Luján Lázaro. Educação em tempo integral e mais tempo na escola: estratégias de brasil e espanha. InterMeio: revista do Programa de PósGraduação em Educação, Campo Grande, MS, v. 25, n. 50, p. 31-56, jul./dez. 2019. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/9416/6945. Acesso em: 22/01/26.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública.** 4 ed. São Paulo – SP: Cortez Editora, 2015.

RIBEIRO, Lemmos. Portal Amazônia. Humaitá, 28 de julho de 2021. Disponível em: https://portalamazonia.com/amazonia-de-a-a-z/humaita/. Acesso em: 20/02/2025.

SABIA, C. P. P. VARANI, A. ANJOS, T. D. ANJOS, N. D. Qualidade da educação e avaliação: dimensões, tensões e perspectivas. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 43, n. 121, p.124-133, Set.-Dez., 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/YThtY89pCZccvS9K7xcMBsQ/?lang=pt. Acesso em: 15/10/24.

SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 19. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SILVA, C. F. SAMPAIO, C. A. CUNHA, T. F. P. Do julgamento professoral às avaliações externas, que fazemos com as crianças e jovens na escola? Um estudo de caso na cidade de Manaus-AM. Revista Ibero-americana de Educação, vol. 84 núm. 1 [(2020), pp. 217-236. Disponível em:

https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=all&id=W3105150456. Acesso em: 25 de nov. 2024.

SILVA. H. G. D. Apropriação dos Resultados do SADEAM pela equipe Gestora de uma escola em tempo integral no Ensino Médio da rede Estadual do Amazonas. 2015. 100 p. Dissertação (Mestrado profissional em gestão e Avaliação da Educação Pública). Faculdade de Educação. Universidade Federal de Juiz de fora, 2015.

SORDI, M. R. L. OLIVEIRA, S. B. ALMEIDA, L.C. avaliação externa e avaliação institucional: embates e diálogos para construção da qualidade social. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 43, n. 121, p.77-89, Set.-Dez., 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/c8wmYfYvmdzsghXxHwq4MWb/?lang=pt#. Aceso em: 14/10/24.

SOUZA, Sandra Maria Zákia Lian. Avaliação e carreira do magistério. Premiar o mérito? 81Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 81-93, jan./dez. 2008. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/126. Acesso em: 20/01/2025.

STRICKERT, Singra Couto; GODOY, Alicimar Fernandes. Pacto Nacional pela Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ): perspectivas e desafios em Santa Catarina. **Revista Tópicos**, v. 35, n. 3, p. 731-752, 2025. Disponível em: https://revistatopicos.com.br/artigos/pacto-nacional-pela-educacao-de-jovens-e-adultos-eja-e-a-politica-nacional-de-equidade-educacao-para-as-relacoes-etnico-raciais-e-educacao-escolar-quilombola-pneerq-perspectivas-e-desafios-em-santa-catarina. Acesso em: 23 jan. 2026.

VIEGAS, Moacir Fernando. Trabalhando todo o tempo: sobrecarga e intensificação no trabalho de professoras da educação básica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 48, p. e244193, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/7Jx7mQXpBGZp5CLgcW94WHy/?lang=pt. Acesso em: 23 jan. 2026.